

REGIÃO CENTRO



BOLETIM TRIMESTRAL

INFORMAÇÃO REPORTADA AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2010

06



[índice]

CONJUNTURA

- 02** Enquadramento Nacional
- 04** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 12** Endividamento das Empresas
- 13** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas na Região Centro
- 24** Programa de Cooperação Transfronteiriça
Espanha-Portugal – INTERREG IIIA 2000-2006

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

- 26** Indicador Regional de Lisboa – *Lisbon Index*

[ficha técnica]

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Responsável Técnico: Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional | Data de Edição: Julho de 2010 | Fotografia da capa: Vitor Ribeiro | Design Gráfico: DallDesign, Unipessoal Lda. | Impressão: DallDesign, Unipessoal Lda. | ISSN: 1647-3612

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt





No primeiro trimestre de 2010, a situação económica portuguesa evidenciou alguns sinais de melhoria, contrariando o clima recessivo que marcou o ano de 2009. O Produto Interno Bruto aumentou 1,8%, resultado, nomeadamente, do crescimento do consumo das famílias e das exportações.

O mercado de trabalho manteve-se em contracção, verificando-se um novo aumento da taxa de desemprego para 10,6% em Portugal e 7,9% na Região Centro. A população empregada na região totalizou 1.248,1 milhares de indivíduos, mantendo a tendência decrescente dos trimestres anteriores e afectando, essencialmente, os indivíduos do sexo masculino e a população mais jovem.

Os movimentos internacionais de bens registaram um crescimento real em Portugal e na Região Centro, contrariando o clima recessivo observado nos últimos trimestres. Também os sectores do turismo e da construção e habitação revelaram um maior dinamismo em comparação com os trimestres anteriores.

No que respeita às empresas, observou-se um ligeiro crescimento homólogo real dos empréstimos concedido às empresas, tendo-se registado, no entanto, o menor aumento dos últimos anos. Em simultâneo, aumentou o crédito vencido em percentagem do crédito concedido das sociedades não financeiras, denunciando maiores dificuldades no cumprimento dos seus compromissos com o sector financeiro.

No que se refere ao investimento levado a cabo na região, verificou-se que, até 31 de Março de 2010, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovadas na Região Centro 7.671 candidaturas, envolvendo 2.826 milhões de euros de fundos comunitários (ou seja, 25,9% do total nacional de fundos comunitários atribuídos). Estes projectos aprovados implicam, no seu total, uma intenção de investimentos de 5.574 milhões na região. No Programa Operacional Regional – Mais Centro, até à mesma data, tinha sido aprovado um valor total de FEDER de 880 milhões de euros, que se continua a concentrar, sobretudo, nos eixos 1 - Competitividade, inovação e conhecimento (32%), 2 - Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos (23%) e 3 - Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (36%).

Neste Boletim, são ainda apresentados os resultados do Indicador Regional de Lisboa (*Lisbon Index*), com um enfoque particular na Região Centro.

[CONJUNTURA]

ENQUADRAMENTO NACIONAL

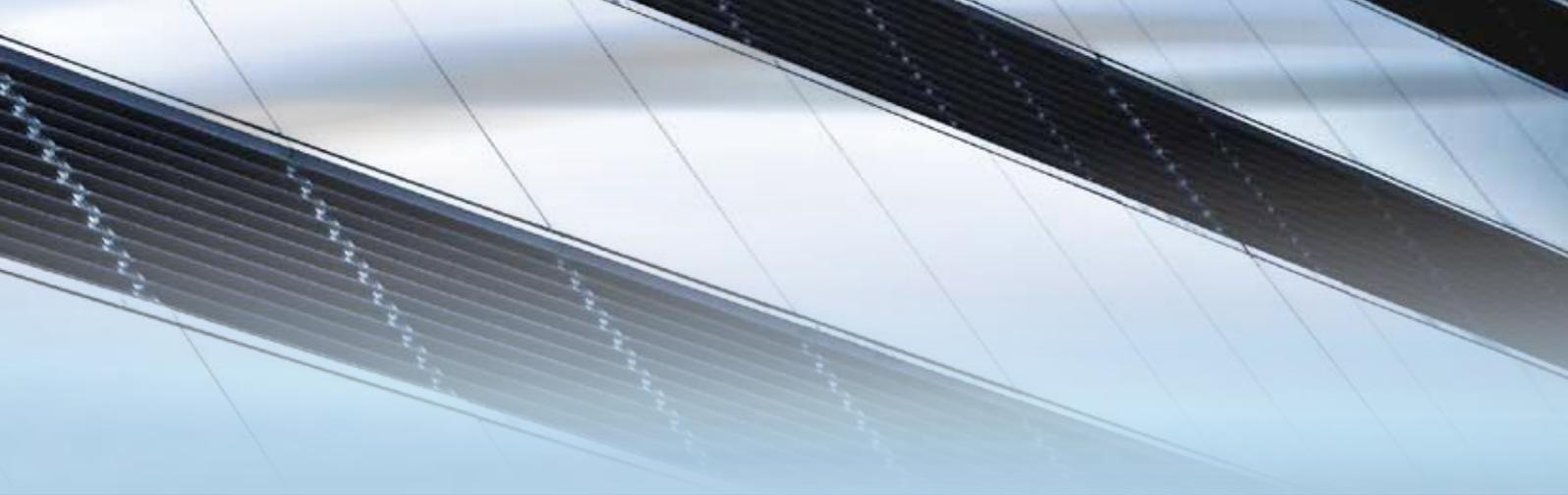
A economia portuguesa evidenciou alguns sinais de melhoria, no primeiro trimestre de 2010, contrariando o cenário recessivo que marcou todo o ano de 2009. O Produto Interno Bruto cresceu 1,8% face ao mesmo período do ano anterior, resultado de uma melhoria registada nas suas diversas componentes, nomeadamente no consumo das famílias e nas exportações. O mercado de trabalho continuou, contudo, em contracção, com novo aumento da taxa de desemprego nacional para 10,6%. As perspectivas dos consumidores, bem como as expectativas dos empresários, continuaram negativas.

Quadro 1 - Enquadramento Nacional		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008
PIB ¹	v.h. (%)	1,8	-1,0	-2,3	-3,1	-3,9	-2,6	0,0
Procura Interna	v.h. (%)	1,3	-2,0	-2,5	-3,9	-3,6	-3,0	1,1
Consumo das famílias	v.h. (%)	2,8	0,2	-1,2	-1,3	-1,6	-1,0	1,8
Taxa de investimento	%	19,2	19,7	20,8	20,2	20,3	20,3	23,0
Exportações	v.h. (%)	8,5	-2,0	-9,8	-15,5	-19,0	-11,8	-0,3
Importações	v.h. (%)	5,2	-4,3	-8,7	-14,8	-15,1	-10,8	2,8
VAB	v.h. (%)	1,8	-0,6	-1,9	-2,9	-3,8	-2,3	0,5
Taxa de desemprego	%	10,6	10,1	9,8	9,1	8,9	9,5	7,6
IPC - Índice de Preços no Consumidor	v.h. (%)	0,3	-0,7	-1,5	-1,1	0,0	-0,8	2,6
Indicador de confiança dos consumidores	%	-35,4	-30,0	-29,5	-43,5	-51,0	-38,5	-38,4
Indicador de clima económico	%	-0,7	-0,5	-1,2	-2,5	-2,8	-1,7	0,3
Taxa de câmbio USD/EUR*	USD	1,384	1,478	1,431	1,362	1,302	1,393	1,471
	v.h. (%)	6,3	12,3	-4,9	-12,8	-13,2	-5,3	7,3

* USD - Dólar dos Estados Unidos; EUR - Euro

No primeiro trimestre de 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) português aumentou 1,8% em termos homólogos² (Quadro 1). O crescimento do PIB, após sucessivos decréscimos nos últimos trimestres, deveu-se à evolução positiva quer da procura interna quer da procura externa.

A procura interna aumentou 1,3%, resultado da evolução positiva das despesas do consumo final das famílias, que aumentaram 2,8%, e do decréscimo menos intenso do investimento. Contudo, a taxa de investimento, que mede



a importância do investimento em percentagem do PIB, passou para 19,2%, o valor mais baixo registado desde 1995 (início da nova série das Contas Nacionais Trimestrais agora divulgada e que tem como ano base de referência 2006).

No mercado externo, as exportações e as importações aumentaram, em termos homólogos, 8,5% e 5,2%, respectivamente, após as contínuas diminuições dos últimos cinco trimestres.

Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) registou uma taxa de variação homóloga positiva de 1,8% após vários trimestres de diminuições. A generalidade dos ramos de actividade registaram taxas de variação positivas ou menos negativas que no trimestre anterior, sendo que apenas dois ramos registaram uma variação homóloga negativa: “construção” (-5,0%) e “agricultura, silvicultura e pescas” (-0,5%). Com crescimentos homólogos positivos, destacou-se neste trimestre, com as maiores variações, a “energia, água e saneamento” (6,2%) e a “indústria” (4,0%).

No mercado de trabalho, em Portugal, a taxa de desemprego aumentou de novo, passando para 10,6% no primeiro trimestre de 2010 e atingiu um novo máximo.

O nível médio dos preços, de acordo com o Índice de Preços no Consumidor (IPC), aumentou 0,3% face ao primeiro trimestre de 2009, após 3 trimestres de diminuições homólogas, o que resultou, essencialmente, das classes das “bebidas alcoólicas e tabaco”, “educação” e “habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis”. Atenuando o crescimento dos preços, as classes dos “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, “saúde” e “vestuário e calçado” registaram os maiores decréscimos homólogos do nível médio de preços.

No que se refere às percepções dos agentes económicos, as expectativas dos consumidores pioraram no primeiro trimestre de 2010 face ao trimestre anterior, apesar de terem melhorado face ao trimestre homólogo, segundo o indicador de confiança dos consumidores³ do Instituto Nacional de Estatística (INE). A avaliar pelo indicador de clima económico⁴ do INE, as expectativas dos empresários relativamente à actividade económica apresentaram um comportamento semelhante, uma vez que, mantendo-se em níveis negativos, se agravaram ligeiramente face ao trimestre anterior, mas melhoraram face ao período homólogo.

Uma nota ainda para a evolução da taxa de câmbio⁵ do euro face ao dólar (USD/Euro). No primeiro trimestre de 2010, assistiu-se a uma valorização do euro face ao seu valor no trimestre homólogo, o que, para igual quantidade de bens exportados, resultava num valor superior a pagar por eles, uma vez que se encontravam mais encarecidos. No entanto, é de referir que, face ao trimestre anterior, se assistiu a um processo distinto com desvalorização do euro, que pode, no curto prazo, contribuir para um aumento da competitividade das exportações portuguesas pelo efeito de redução de preços no mercado internacional fora da União Europeia.

¹Dados adaptados em cada boletim aos novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais.

²Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h. real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

³O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁴O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁵A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional.

Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

No primeiro trimestre de 2010, o desemprego voltou a aumentar, tendo-se registado um novo máximo na taxa de desemprego (10,6% para Portugal e 7,9% na Região Centro). A população desempregada na Região Centro⁶ foi estimada em 107,2 milhares de indivíduos no primeiro trimestre de 2010, somando assim mais 17 milhares de indivíduos do que no primeiro trimestre de 2009 e mais 9,3 milhares do que no trimestre anterior. A população empregada na região totalizou 1.248,1 milhares de indivíduos, mantendo-se em queda tal como aconteceu ao longo de 2009. Neste trimestre, voltou a destacar-se a degradação da situação face ao emprego dos indivíduos do sexo masculino e da população mais jovem, bem como o crescimento do número de desempregados de longa duração.

No primeiro trimestre de 2010, a taxa de actividade (15 e mais anos)⁷ foi de 62,1% em Portugal e de 66,1% na Região Centro (Quadro 2). Em Portugal, a taxa de actividade aumentou face aos três últimos trimestres de 2009, retomando o valor do trimestre homólogo. Também na Região Centro a taxa de actividade registou um aumento face aos vários trimestres de 2009, continuando a posicionar-se acima do valor médio nacional. Este aumento deveu-se, essencialmente, à taxa de actividade feminina, que registou um importante aumento, tanto em termos homólogos como face ao trimestre anterior.

Na região, no primeiro trimestre do ano, a população activa⁸ aumentou 0,3%, em termos homólogos, o que se deveu ao aumento do número de desempregados (18,8%) já que a população empregada voltou a diminuir (1,0%). No entanto, é de referir que, face ao observado nos últimos trimestres de 2009, se registou o menor decréscimo homólogo da população empregada bem como o menor aumento da população desempregada.

Ao contrário do que aconteceu ao longo de 2009, a população inactiva⁹, na Região Centro, diminuiu 0,7%, tendo-se registado um crescimento apenas do número de reformados (acréscimo contudo menor do que nos trimestres anteriores).

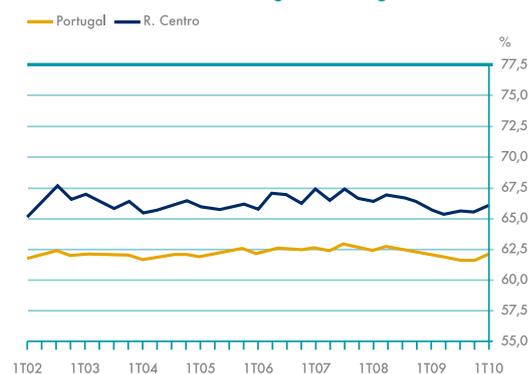
⁶ A análise efectuada à Região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

⁷ A taxa de actividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade)".

⁸ Segundo o INE, toma-se como população activa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁹ A população inactiva é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

Taxa de actividade em Portugal e na Região Centro



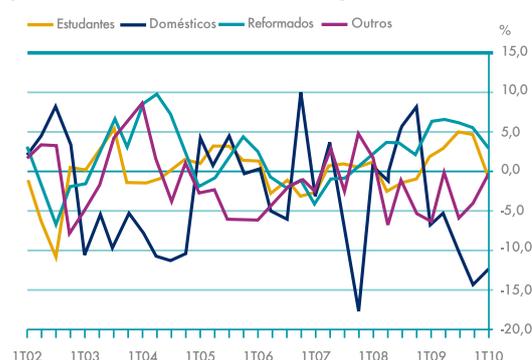
Taxa de actividade na Região Centro por sexo



População activa e população empregada na Região Centro (variação homóloga)



População inactiva na Região Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)



Quadro 2 - Actividade		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008
Taxa de actividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	62,1	61,8	61,7	61,9	62,1	61,9	62,5
Região Centro	%	66,1	65,6	65,7	65,4	65,8	65,6	66,7
	v.h. (p.p.)	0,3	-0,8	-1,1	-1,6	-0,7	-1,6	-0,3
Homens	%	70,7	70,8	71,0	72,1	72,6	71,6	73,8
Mulheres	%	61,8	60,7	60,8	59,3	59,6	60,1	60,1
População activa - Região Centro	milhares	1.355,3	1.347,1	1.349,6	1.343,1	1.351,3	1.347,8	1.367,2
	v.h. (%)	0,3	-1,2	-1,4	-2,3	-0,8	-1,4	-0,3
Empregados	milhares	1.248,1	1.249,2	1.252,1	1.257,9	1.261,1	1.255,1	1.292,7
	v.h. (%)	-1,0	-2,8	-3,0	-3,4	-2,4	-2,9	-0,1
Desempregados	milhares	107,2	97,9	97,4	85,2	90,2	92,7	74,5
	v.h. (%)	18,8	25,0	24,2	19,2	29,2	24,4	-2,7
População inactiva - Região Centro	milhares	1.024,4	1.036,2	1.033,5	1.039,5	1.031,7	1.035,2	1.017,1
	v.h. (%)	-0,7	1,5	1,8	2,9	0,9	1,8	0,4
Estudantes	milhares	384,8	391,8	384,9	379,8	387,6	386,0	372,0
	v.h. (%)	-0,7	4,8	5,0	3,2	2,1	3,8	-0,9
Domésticos	milhares	95,5	92,7	98,4	104,4	109,5	101,3	111,3
	v.h. (%)	-12,8	-14,5	-10,0	-5,1	-6,8	-9,0	3,2
Reformados	milhares	369,0	373,1	368,9	368,1	357,8	367,0	345,3
	v.h. (%)	3,1	5,6	6,3	6,7	6,5	6,3	3,0
Outros	milhares	175,0	178,6	181,4	187,2	176,8	181,0	188,4
	v.h. (%)	-1,0	-3,9	-5,7	0,3	-6,4	-3,9	-3,0

No primeiro trimestre de 2010, a taxa de emprego¹⁰ em Portugal foi idêntica à apurada nos dois últimos trimestres de 2009, ou seja, 55,6%. Apesar de superior ao valor nacional, a taxa de emprego na Região Centro diminuiu 0,6 pontos percentuais face a igual período do ano anterior, fixando-se em 60,9% (Quadro 3). Numa análise por sexo, a taxa de emprego regional masculina registou um decréscimo homólogo, fixando-se nos 65,4% (valor semelhante ao observado no quarto trimestre de 2009), e a feminina manteve a trajectória ascendente, crescendo para 56,7%. Quanto à idade, na região, a taxa de emprego dos indivíduos com 65 ou mais anos permaneceu em queda neste trimestre, fixando-se nos 32,0%, tendo também diminuído, face ao período homólogo, para 30,5% a dos indivíduos dos 15 aos 24 anos.

No primeiro trimestre do ano, a população empregada da Região Centro totalizou 1.248,1 milhares de indivíduos, mantendo-se em queda tal como aconteceu ao longo de 2009. No entanto, o número de empregados registou uma quebra homóloga inferior à registada durante os vários trimestres do ano anterior (1,0%). Também à semelhança dos últimos trimestres de 2009, o emprego aumentou apenas para a população feminina (2,8%), tendo o emprego masculino diminuído 4,4%. No que respeita à idade dos indivíduos empregados, a faixa etária em que o emprego apresentou um maior decréscimo foi a dos 15 aos 24 anos (15,8%). Relativamente aos sectores de actividade, o emprego aumentou, em termos homólogos, apenas nas “outras actividades de serviços” e no “comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações”. Pelo contrário, tal como aconteceu nos últimos trimestres de 2009, a população empregada diminuiu de forma mais intensa nas “actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas” e na “indústria, incluindo energia, gás e água”.

No primeiro trimestre de 2010, a diminuição observada na população empregada na região verificou-se tanto nos trabalhadores por conta de outrem como nos trabalhadores por conta própria. Face ao mesmo período do ano anterior, a população empregada por conta própria diminuiu 4,0%, o que se deveu, em grande medida, à diminuição dos isolados uma vez que os empregadores registaram um aumento de 9,5%.

A população empregada por conta de outrem na região diminuiu 2,9%, face ao primeiro trimestre de 2009. No que respeita aos trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho, registou-se uma diminuição dos

¹⁰ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre população empregada e população residente com mais de 15 anos de idade.

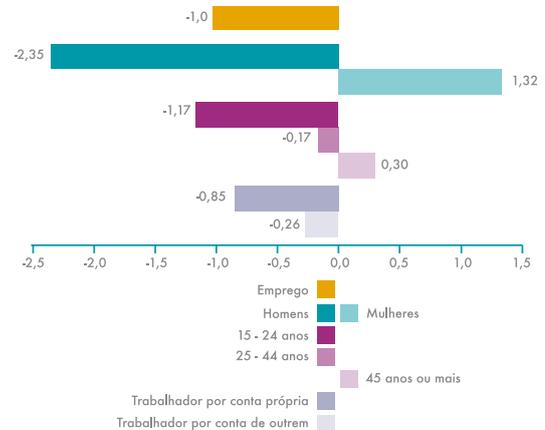
trabalhadores com contrato sem termo (-3,5%), tendo-se, todavia, registado um importante acréscimo dos trabalhadores com contrato com termo (14,4%). No que respeita ao regime de duração do trabalho, os indivíduos empregados a tempo completo aumentaram, embora de forma ligeira (0,7%) enquanto o trabalho a tempo parcial diminuiu bastante (15,2%). Em relação às habilitações literárias dos trabalhadores por conta de outrem, tal como caracterizou os últimos trimestres de 2009, observaram-se diminuições da população empregada com menores graus de escolaridade (nenhum ou ensino básico). Já o emprego dos trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário e com o ensino superior aumentou 11,2% e 15,0%, respectivamente.

¹¹ A contribuição de uma dada componente para a variação homóloga de um determinado agregado populacional no trimestre t é calculada como a variação homóloga (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre homólogo) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população activa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação homóloga da população empregada e da população desempregada para a variação homóloga da população activa são, respectivamente, dados por $[(E_t - E_{t-4})/A_{t-4}] * 100$ e $[(D_t - D_{t-4})/A_{t-4}] * 100$, em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação homóloga desse agregado. Neste exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação homóloga da população activa".

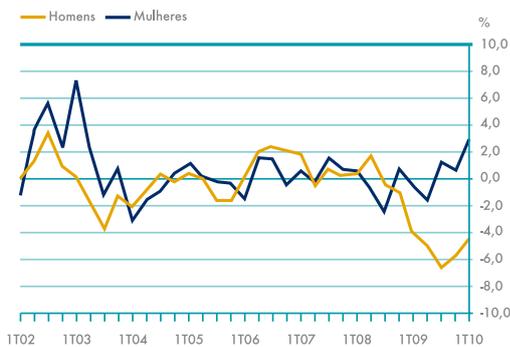
Taxa de emprego em Portugal e na Região Centro



Contributos¹¹ para a taxa de variação homóloga do emprego na Região Centro (%)



População empregada na Região Centro por sexo (variação homóloga)



População empregada na Região Centro por situação na profissão (variação homóloga)



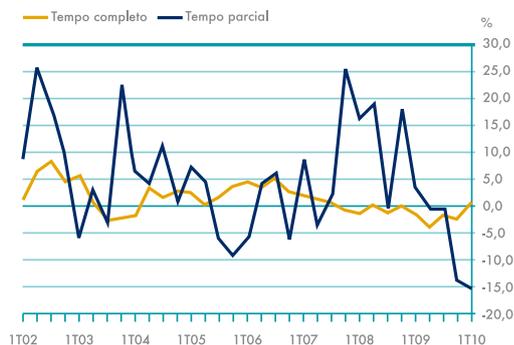
População empregada por conta própria na Região Centro (variação homóloga)



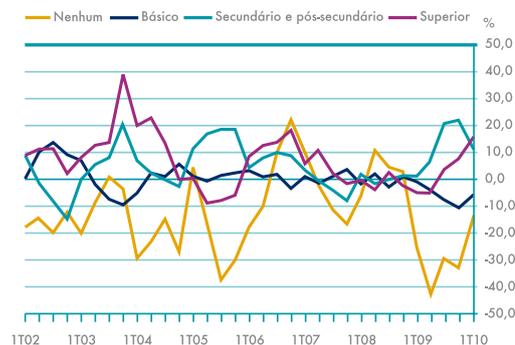
População empregada por conta de outrem na Região Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por regime de duração de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)



Quadro 3 - Emprego

		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008	
		Média trimestral							
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	55,6	55,6	55,6	56,3	56,6	56,0	57,8	
Região Centro	%	60,9	60,8	61,0	61,3	61,5	61,2	63,0	
	v.h. (p.p.)	-0,6	-1,8	-1,9	-2,3	-1,6	-1,9	-0,3	
Homens	%	65,4	65,4	66,0	67,9	68,4	66,9	70,8	
Mulheres	%	56,7	56,5	56,3	55,2	55,1	55,8	55,9	
15 - 24 anos	%	30,5	29,0	31,3	32,9	35,3	32,1	36,3	
65 anos ou mais	%	32,0	33,0	33,4	32,7	33,3	33,1	34,5	
População empregada - Região Centro		milhares	1.248,1	1.249,2	1.252,1	1.257,9	1.261,1	1.255,0	1.292,7
	v.h. (%)	-1,0	-2,8	-3,0	-3,4	-2,4	-2,9	-0,1	
Homens	v.h. (%)	-4,4	-5,8	-6,6	-5,0	-4,1	-5,3	0,2	
Mulheres	v.h. (%)	2,8	0,6	1,2	-1,6	-0,5	-0,1	-0,5	
15 - 24 anos	v.h. (%)	-15,8	-26,9	-17,4	-9,1	-1,7	-14,1	-1,8	
25 - 44 anos	v.h. (%)	-0,4	-0,7	-3,0	-4,5	-3,5	-2,9	-0,4	
45 anos ou mais	v.h. (%)	0,6	-0,7	-0,7	-1,5	-1,5	-1,1	0,4	
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal	v.h. (%)	-2,6	0,8	-5,0	-7,4	-2,5	-3,5	-2,3	
Indústria, incluindo energia, gás e água	v.h. (%)	-8,1	-9,1	-9,5	-4,0	-0,9	-5,9	4,3	
Construção	v.h. (%)	-4,3	-1,6	-5,0	-7,5	-9,8	-6,1	-14,4	
Comércio e reparações; alojamento e restauração; transportes e comunicações	v.h. (%)	2,5	-9,4	-6,1	-2,5	-5,9	-6,0	6,6	
Actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas	v.h. (%)	-17,0	-16,0	-12,2	6,4	9,0	-3,3	-3,7	
Outras actividades de serviços	v.h. (%)	8,4	8,9	11,4	0,3	1,4	5,5	0,4	
Trabalhadores por conta de outrem		milhares	841,0	835,6	841,5	838,3	844,3	839,9	862,5
	v.h. (%)	-2,9	-3,4	-1,9	-3,7	-1,4	-2,6	-0,1	
Contratos sem termo	v.h. (%)	-3,5	-4,2	-0,7	-1,7	0,7	-1,5	-1,7	
Contratos com termo	v.h. (%)	14,4	0,9	-3,6	-7,7	-7,3	-4,4	8,1	
Tempo completo	v.h. (%)	0,7	-2,6	-1,9	-4,0	-1,8	-2,6	-0,9	
Tempo parcial	v.h. (%)	-15,2	-13,9	-0,4	-0,5	3,3	-3,1	13,3	
Nenhum grau de escolaridade	v.h. (%)	-14,0	-33,1	-30,2	-43,7	-25,0	-33,4	2,8	
Básico	v.h. (%)	-6,1	-10,4	-7,4	-4,2	-0,4	-5,7	0,0	
Secundário e pós-secundário	v.h. (%)	11,2	21,9	21,0	6,4	1,1	12,5	0,4	
Superior	v.h. (%)	15,0	7,5	3,3	-5,4	-5,1	0,0	-1,1	
Trabalhadores por conta própria		milhares	392,6	399,2	398,4	408,4	403,3	402,3	421,0
	v.h. (%)	-4,0	-2,9	-5,7	-3,6	-5,5	-4,4	-0,1	
Isolados	v.h. (%)	-4,6	-2,9	-6,2	-5,0	-4,1	-4,5	0,3	
Empregadores	v.h. (%)	9,5	-2,7	-2,6	5,0	-13,8	-3,8	-3,0	

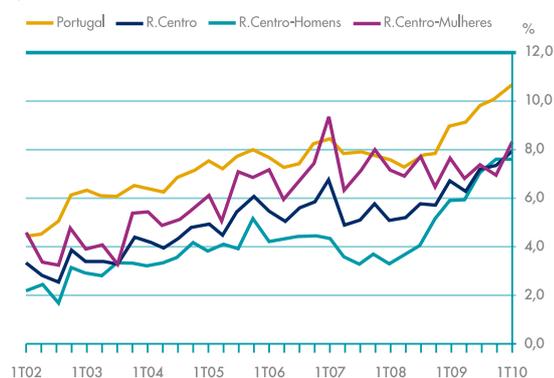
No primeiro trimestre de 2010, a taxa de desemprego¹² manteve a trajectória de crescimento observada nos últimos trimestres, em Portugal e na Região Centro, tendo aumentado para 10,6% e 7,9%, respectivamente (Quadro 4). Na Região Centro, o aumento da taxa de desemprego foi extensível tanto à população masculina como à população feminina, fixando-se em 7,6% e 8,3%, respectivamente. Quanto à idade, é de destacar a evolução da taxa de desemprego

¹² A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população activa.

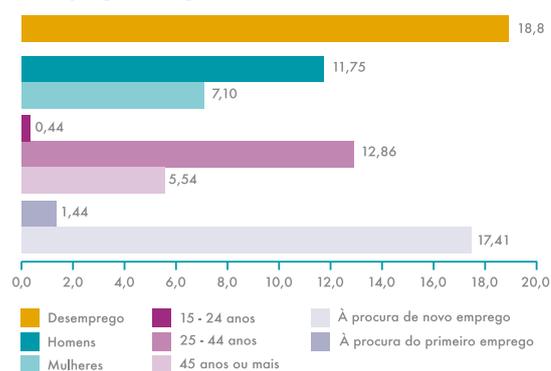
regional de indivíduos mais jovens (15 aos 24 anos), em que embora tenha diminuído relativamente ao trimestre anterior, se manteve elevada e acima do valor registado no trimestre homólogo de 2009 com 17,1%.

A população desempregada na Região Centro foi estimada em 107,2 milhares de indivíduos no primeiro trimestre de 2010, somando assim mais 17 milhares de indivíduos do que no primeiro trimestre de 2009 (o que se traduziu num acréscimo homólogo de 18,8%) e mais 9,3 milhares do que no trimestre anterior. Para este acréscimo da população desempregada, na região, foi determinante o aumento da população desempregada tanto feminina como masculina (que apesar de se manter com um acréscimo homólogo superior ao da população feminina, diminuiu claramente face aos vários trimestres de 2009). Relativamente à idade, o aumento do desemprego observou-se nos indivíduos de todos os grupos etários embora tenha sido mais acentuando nos indivíduos dos 25 aos 44 anos e com 45 anos ou mais. O número de desempregados à procura de primeiro emprego voltou a aumentar (13,5%) no primeiro trimestre de 2010, contrastando com as diminuições homólogas registadas desde o final de 2008. Os desempregados à procura de novo emprego tiveram também um incremento homólogo de 19,5% neste período. Quanto à duração do desemprego, foi, essencialmente, o desemprego de longa duração que justificou o aumento do desemprego regional. O número de desempregados há 12 meses ou mais aumentou 56,3%, abrangendo neste trimestre 59,7 milhares de indivíduos. Por outro lado, o número de desempregados há menos de 12 meses decresceu 6,9%.

Taxa de desemprego em Portugal e na Região Centro (por sexo)



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego na Região Centro (%)



Quadro 4 - Desemprego

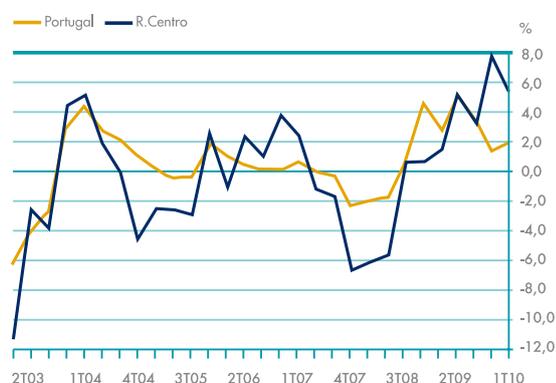
		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008
Taxa de desemprego								
Portugal	%	10,6	10,1	9,8	9,1	8,9	9,5	7,6
Região Centro	%	7,9	7,3	7,2	6,3	6,7	6,9	5,4
	v.h. (p.p.)	1,2	1,6	1,5	1,1	1,6	1,5	-0,2
Homens	%	7,6	7,6	7,0	5,9	5,9	6,6	4,0
Mulheres	%	8,3	6,9	7,4	6,8	7,6	7,2	7,1
15 - 24 anos	%	17,1	21,2	15,7	12,9	14,5	16,1	12,1
25 - 44 anos	%	10,0	8,0	9,4	8,2	8,3	8,5	6,5
45 anos ou mais	%	4,4	4,4	3,8	3,5	3,7	3,8	3,3
População desempregada - R. Centro	milhares	107,2	97,9	97,4	85,2	90,2	92,7	74,5
	v.h. (%)	18,8	25,0	24,2	19,2	29,2	24,4	-2,7
Homens	v.h. (%)	25,3	45,4	69,7	56,6	74,6	59,9	8,2
Mulheres	v.h. (%)	13,3	7,2	-2,4	-3,1	5,5	1,7	-8,7
15 - 24 anos	v.h. (%)	2,5	74,1	27,7	-19,0	10,5	19,4	-14,1
25 - 44 anos	v.h. (%)	22,6	5,7	29,1	42,8	52,2	30,0	0,2
45 anos ou mais	v.h. (%)	21,6	42,3	12,3	7,9	6,0	16,7	0,0
À procura do primeiro emprego	v.h. (%)	13,5	20,4	-14,9	-20,2	-17,2	-9,1	2,7
À procura de novo emprego	v.h. (%)	19,5	25,7	31,4	26,8	38,3	30,5	-3,8
Há menos de 12 meses	v.h. (%)	-6,9	31,3	34,1	15,1	32,3	28,3	-5,6
Há 12 meses ou mais	v.h. (%)	56,3	16,3	18,4	30,7	20,5	21,2	0,9

No primeiro trimestre de 2010, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem cresceu, em termos de variação homóloga real, 1,8%, em Portugal e 5,3% na Região Centro. (Quadro 5). Apesar do acréscimo homólogo observado na região ter sido superior, o valor do salário médio mensal no país (773€) manteve-se superior ao regional (694€).

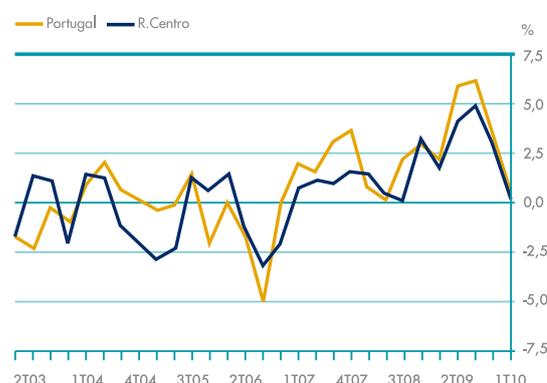
¹³ O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão-de-obra, na óptica do empregador, dado por hora efectivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações directas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

O custo da mão-de-obra na óptica do empregador, medido pelo Índice de Custo do Trabalho¹³, registou um acréscimo homólogo real apenas marginalmente positivo tanto em Portugal como na Região Centro. O Índice de Custo do Trabalho manteve assim um valor idêntico, em termos reais, ao registado no primeiro trimestre de 2009.

Salário médio líquido mensal em Portugal e na Região Centro (variação homóloga real)



Índice de Custo do Trabalho em Portugal e na Região Centro (variação homóloga real)



Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho

		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	773	770	761	766	757	764	746
	v.h. real (%)	1,8	1,4	3,4	5,1	2,9	3,2	0,3
Região Centro	€	694	698	683	669	657	677	653
	v.h. real (%)	5,3	7,8	3,3	5,4	1,4	4,5	-2,7
Índice de Custo do Trabalho								
Portugal	v.h. real (%)	0,0	3,6	6,1	5,9	2,2	4,5	1,6
	v.h. real (%)	0,0	3,0	4,9	4,2	2,0	3,5	1,3

DESEMPREGO REGISTRADO

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego na Região Centro aumentou 15,1%, em termos homólogos, no primeiro trimestre de 2010, abrangendo 106,8 milhares de indivíduos. A taxa regional de desemprego registado subiu assim para 6,8%, o valor mais elevado dos últimos trimestres.

Segundo os dados divulgados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), no primeiro trimestre de 2010, o desemprego registado nos centros de emprego da Região Centro abrangia 106,8 milhares de indivíduos, aumentando 15,1% face ao número de desempregados registados no primeiro trimestre de 2009 (Quadro 6). A taxa de desemprego registado¹⁴ cresceu, assim, para 6,8%, o maior valor dos últimos trimestres. Apesar do aumento homólogo do número de desempregados, o número de novos desempregados diminuiu 3,1%. Este aumento do desemprego registado foi também coincidente com um aumento das colocações do IEFP na região (que registaram um acréscimo homólogo de 29,3%).

Quadro 6 – Desemprego Registado		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008
Dados do IEFP – Região Centro								
Desemprego registado*	milhares	106,8	98,0	93,8	94,8	92,8	94,8	77,5
	v.h. (%)	15,1	21,0	21,7	26,3	20,4	22,3	0,0
Taxa de desemprego registado	%	6,8	6,3	6,0	6,1	5,9	6,1	5,0
Novos desempregados	milhares	40,0	36,1	40,1	33,1	41,3	37,7	34,1
	v.h. (%)	- 3,1	- 4,7	9,0	12,8	27,5	10,4	15,7
Colocações do IEFP	milhares	5,5	5,6	7,1	5,3	4,2	5,6	6,1
	v.h. (%)	29,3	- 4,7	0,7	- 8,9	- 23,1	- 8,3	5,9

* valores médios trimestrais

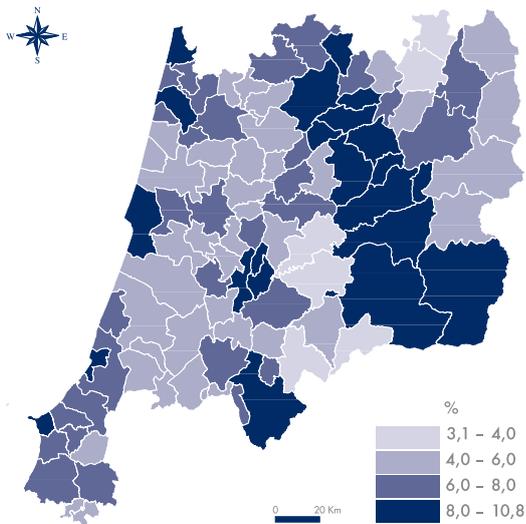
No primeiro trimestre de 2010, em 39 dos 100 municípios da região registou-se uma taxa de desemprego registado superior à média regional (6,8%). Com as taxas de desemprego registado mais elevadas e acima de 10%, destacaram-se os municípios da Covilhã (10,8%) e de Vila Nova de Paiva (10,4%), tal como aconteceu no último trimestre de 2009. Com taxas de desemprego registado ainda elevadas e acima dos 9% encontravam-se os municípios de Ovar, Manteigas, Seia, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Nazaré. Pelo contrário, as taxas de desemprego registado mais baixas (situadas entre 3% e 4%) observavam-se nos municípios da Pampilhosa da Serra, Vila Velha de Ródão, Mação, Trancoso, Meda e Oleiros.

Comparando a taxa de desemprego registado nos vários municípios da região no primeiro trimestre de 2010 com os registos no trimestre homólogo, assistiram-se a variações positivas e superiores à variação homóloga da média regional (0,9 pontos percentuais) em 42 municípios. Face ao primeiro trimestre de 2009, os

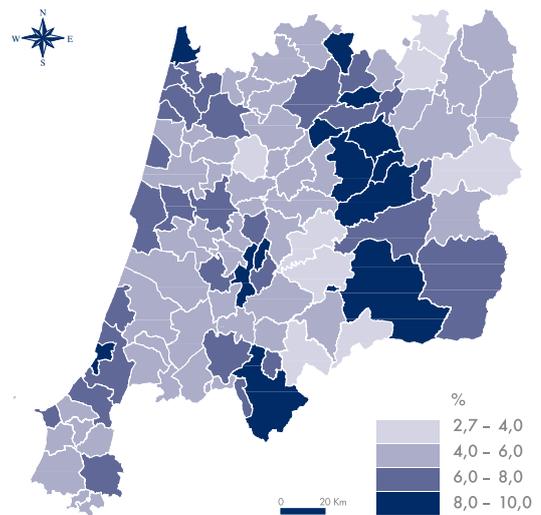
¹⁴ A taxa de desemprego registado foi construída tendo em conta o rácio entre o desemprego registado (dados do IEFP) e a população média no grupo etário dos 15 – 64 anos, por município ou região, no ano de 2009 (dados do INE). Devido à sua fórmula de cálculo, a taxa de desemprego registado não deve, por isso, ser comparada com a taxa de desemprego divulgada pelo INE. No Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, os valores referem-se à estimativa efectuada da população desempregada e da população activa. No caso da taxa de desemprego registado, contabilizam-se os indivíduos que se registaram como desempregados no IEFP face ao total da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, independentemente de serem considerados ou não população activa.

maiores aumentos deram-se em Figueiró dos Vinhos e Idanha-a-Nova e as diminuições mais intensas verificaram-se na Pampilhosa da Serra e Vila Velha de Ródão. De salientar que apenas se observou uma diminuição homóloga da taxa de desemprego registado em 10 municípios da Região Centro (Pampilhosa da Serra, Vila Velha de Ródão, Góis, Constância, Celorico da Beira, Nelas, Castanheira de Pêra, Sardoal, Vila de Rei e Vouzela).

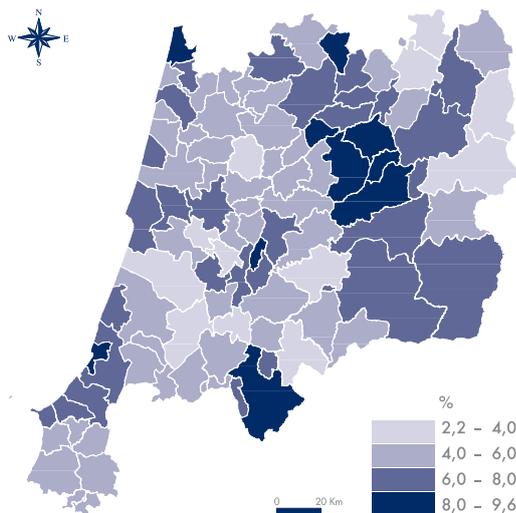
Taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2010



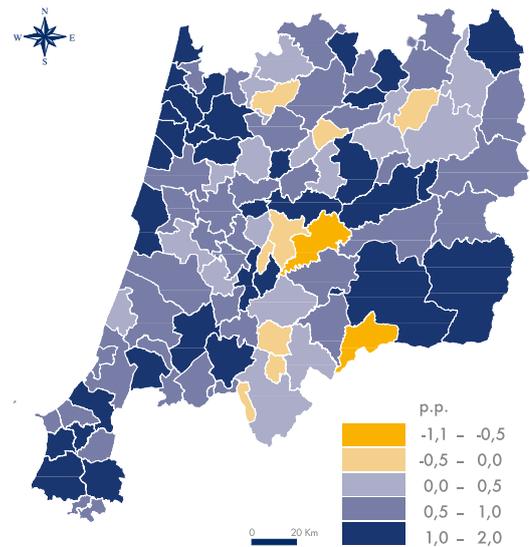
Taxa de desemprego registado no quarto trimestre de 2009



Taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2009



Varição homóloga da taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2010



ENDIVIDAMENTO DAS EMPRESAS

No primeiro trimestre de 2010, assistiu-se a um ligeiro crescimento homólogo real dos empréstimos concedido às empresas, tendo-se registado, no entanto, o menor aumento dos últimos anos. Simultaneamente, registou-se um aumento do crédito vencido em percentagem do crédito concedido das sociedades não financeiras, denunciando maiores dificuldades no cumprimento dos seus compromissos com o sector financeiro.

No primeiro trimestre de 2010, assistiu-se a um aumento dos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras. No entanto, a variação homóloga real registada neste trimestre foi a mais baixa dos últimos anos, quer em Portugal, quer na Região Centro, evidenciando por parte das empresas maiores constrangimentos em aceder ao crédito (Quadro 7).

Simultaneamente, o crédito vencido, em percentagem do crédito concedido, destas sociedades voltou a aumentar, após no final de 2009 se ter registado uma recuperação deste indicador. Este rácio fixou-se, no primeiro trimestre de 2010, em 4,4% para Portugal e 4,5% para a Região Centro, denunciando mais dificuldades das empresas da região em cumprir os seus compromissos perante o sistema financeiro.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido



Quadro 7 – Endividamento das Empresas

		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008	
								Média trimestral	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras									
Portugal	milhões €	122.869	122.386	122.771	123.364	121.882	122.583	117.468	
	v.h. real (%)	0,5	1,7	4,7	7,1	7,7	5,2	8,8	
Região Centro	milhões €	19.024	18.960	18.983	18.938	18.503	18.844	17.810	
	v.h. real (%)	2,5	3,7	6,7	8,5	8,1	6,7	10,2	
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	4,4	4,1	4,4	3,9	3,3	3,9	2,2	
Região Centro	%	4,5	4,3	4,4	4,1	3,8	4,2	2,8	

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No primeiro trimestre de 2010, as variações reais¹⁵ dos movimentos internacionais de bens evidenciaram um crescimento em Portugal e na Região Centro, registando-se uma inversão do clima recessivo observado nos últimos trimestres.

Os dados apresentados neste Boletim referentes a Comércio Internacional de Bens na região e no país foram objecto de uma actualização face ao apurado nas publicações anteriores devido à revisão decorrente da nova série das Contas Nacionais Trimestrais.

No comércio internacional de bens, avaliado tendo em conta a sede dos operadores que realizam trocas comerciais na região, verificou-se, no primeiro trimestre de 2010, uma melhoria generalizada na evolução dos fluxos de entradas e saídas em comparação com a registada nos trimestres anteriores (Quadro 8). Na Região Centro, os fluxos de saídas cresceram 12,2%, em termos reais, o que se deveu a um aumento de 11,8% no mercado da União Europeia e de 13,7% nas exportações extra-comunitárias.

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, no primeiro trimestre de 2010, as saídas de mercadorias dos operadores com sede na Região Centro registaram um crescimento importante (acima de 15%) nas seguintes secções da Nomenclatura Combinada¹⁶: “Plástico, borracha e suas obras”, “Material de transporte”, “Metais comuns e suas obras”, “Pastas de madeira e papel” e “Produtos animais”. Tendo em conta as secções da nomenclatura combinada, neste trimestre, apenas diminuíram as saídas de bens das “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco”.

Do lado das entradas, embora com evoluções mais modestas, o cenário foi também positivo. Em Portugal, os fluxos de entradas de bens aumentaram 6,8%, em termos reais, que foi devido, em grande parte, ao importante crescimento observado nas importações de mercados extra-comunitários (31,3%). Para os operadores com sede na Região Centro o total de entradas aumentou 2,5%, resultado do acréscimo homólogo de 1,7% no caso das chegadas intra-comunitárias e de 6,8% nas importações extra-comunitárias.

Relativamente aos fluxos de entradas na Região Centro e tendo ainda em consideração as secções da Nomenclatura Combinada apresentadas, destacou-se o forte crescimento homólogo real das entradas de bens nos sectores do “Material de transporte”, da “Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria”, dos “Metais comuns e suas obras” e do “Plástico, borracha e suas obras”. Pelo contrário, observou-se o maior decréscimo homólogo nas secções “Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios” e “Pastas de madeira e papel”.

¹⁵ As taxas de variação real destas variáveis foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

¹⁶ As secções da Nomenclatura Combinada consideradas foram escolhidas em função dos montantes transaccionados no início de 2008 e no final de 2009, no que toca quer a exportações quer a importações.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens ¹⁷

		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008		
								Média trimestral		
Saídas e Exportações										
Portugal	milhões €	8.614,7	8.333,8	7.981,6	7.788,6	7.543,7	7.911,9	9.737,6		
	v.h. real (%)	11,3	- 1,9	- 11,1	-19,3	- 23,4	- 14,5	- 0,7		
Intra-comunitárias	milhões €	6.513,7	6.252,7	5.875,5	5.946,8	5.759,1	5.958,5	7.251,8		
	v.h. real (%)	10,2	2,3	- 9,6	- 18,4	- 24,6	- 13,5	- 4,1		
Extra-comunitárias	milhões €	2.101,0	2.081,2	2.106,1	1.841,7	1.784,6	1.953,4	2.485,8		
	v.h. real (%)	14,7	- 12,7	- 15,1	- 22,1	- 19,2	- 17,3	10,8		
Região Centro	milhões €	1.686,0	1.639,7	1.519,4	1.512,3	1.464,8	1.534,1	1.930,4		
	v.h. real (%)	12,2	- 3,9	- 10,2	- 22,0	- 26,6	- 16,3	3,6		
Intra-comunitárias	milhões €	1.325,4	1.287,9	1.202,4	1.205,2	1.155,6	1.212,8	1.576,8		
	v.h. real (%)	11,8	- 3,1	- 10,9	- 25,1	- 32,1	- 19,0	1,0		
Extra-comunitárias	milhões €	360,7	351,8	316,9	307,1	309,2	321,3	353,7		
	v.h. real (%)	13,7	- 6,9	- 7,5	- 6,6	5,1	- 4,4	17,0		
Totais (Intra + extra-comunitárias)										
	v.h. real (%)	16,4	- 15,2	- 10,1	- 24,8	- 19,7	- 17,2	4,4		
	v.h. real (%)	11,4	- 5,5	0,5	12,2	7,3	2,5	24,7		
	v.h. real (%)	- 5,8	- 4,6	4,9	1,3	- 3,8	- 0,6	3,5		
	v.h. real (%)	12,2	- 0,4	- 12,1	- 10,0	- 15,2	- 9,5	27,9		
	v.h. real (%)	51,4	16,5	8,1	- 25,0	- 38,5	- 12,3	11,6		
	v.h. real (%)	1,8	- 5,9	- 15,7	- 32,2	- 39,3	- 24,8	- 14,2		
	v.h. real (%)	17,1	18,0	9,7	- 4,9	- 2,4	5,0	87,2		
	v.h. real (%)	0,2	- 14,1	- 17,7	- 23,2	- 24,3	- 20,2	5,6		
	v.h. real (%)	3,5	- 5,3	- 7,4	- 13,9	- 20,7	- 12,3	- 6,6		
	v.h. real (%)	20,1	7,7	- 17,1	- 32,3	- 30,4	- 20,0	- 1,1		
	v.h. real (%)	1,3	- 17,4	- 13,9	- 20,6	- 23,9	- 19,1	1,3		
	v.h. real (%)	23,1	- 5,5	- 22,4	- 32,9	- 43,1	- 28,2	- 9,9		
Entradas e Importações										
Portugal	milhões €	13.274,4	13.581,7	12.970,8	12.340,1	12.315,5	12.802,0	16.048,5		
	v.h. real (%)	6,8	- 2,5	- 9,2	- 17,1	- 17,4	- 11,7	2,4		
Intra-comunitárias	milhões €	10.030,6	10.642,3	10.128,4	9.569,2	9.867,1	10.051,7	12.001,7		
	v.h. real (%)	0,7	- 1,7	- 2,8	- 12,4	- 12,2	- 7,3	0,0		
Extra-comunitárias	milhões €	3.243,9	2.939,4	2.842,5	2.770,9	2.448,4	2.750,3	4.046,7		
	v.h. real (%)	31,3	- 5,4	- 26,5	- 29,9	- 33,5	- 24,8	10,2		
Região Centro	milhões €	1.278,6	1.279,3	1.231,0	1.278,4	1.235,9	1.256,1	1.788,1		
	v.h. real (%)	2,5	- 14,5	- 20,6	- 24,9	- 27,9	- 22,3	- 2,8		
Intra-comunitárias	milhões €	1.071,4	1.102,2	1.064,5	1.072,6	1.043,6	1.070,7	1.501,5		
	v.h. real (%)	1,7	- 13,2	- 19,0	- 24,9	- 26,1	- 21,1	- 2,0		
Extra-comunitárias	milhões €	207,2	177,1	166,5	205,7	192,3	185,4	286,6		
	v.h. real (%)	6,8	- 21,5	- 29,5	- 25,0	- 36,0	- 28,4	- 6,8		
Totais (Intra + extra-comunitárias)										
	v.h. real (%)	1,8	1,8	21,2	- 29,0	- 16,5	- 8,8	- 12,3		
	v.h. real (%)	4,0	- 36,7	- 24,5	5,5	- 31,8	- 22,7	8,7		
	v.h. real (%)	- 2,4	1,2	- 7,9	17,4	12,7	8,6	14,1		
	v.h. real (%)	6,1	- 5,2	9,4	- 21,8	- 10,1	- 4,7	3,1		
	v.h. real (%)	14,8	- 6,0	- 15,1	- 17,4	- 31,8	- 15,2	- 10,8		
	v.h. real (%)	21,3	- 10,6	- 2,5	- 25,9	- 26,5	- 10,6	- 16,7		
	v.h. real (%)	- 10,1	- 8,1	- 14,1	- 10,1	- 20,1	- 9,6	3,0		
	v.h. real (%)	- 3,8	- 17,2	- 15,2	- 22,1	- 28,3	- 17,5	- 11,7		
	v.h. real (%)	- 7,2	- 22,4	- 23,4	- 39,1	- 30,4	- 28,9	- 6,9		
	v.h. real (%)	16,0	- 8,9	- 36,6	- 42,3	- 35,1	- 31,6	- 9,9		
	v.h. real (%)	- 22,1	- 36,2	- 42,5	- 28,1	- 28,3	- 30,3	4,2		
	v.h. real (%)	29,7	1,7	- 19,5	- 30,5	- 41,0	- 22,2	- 8,2		

¹⁷ Os valores utilizados para 2007 e 2008 são dados revistos e os valores utilizados para 2009 e 2010 são dados preliminares.

TURISMO

O sector do turismo revelou, no primeiro trimestre de 2010, um maior dinamismo em comparação com os trimestres anteriores, o que se reflectiu no aumento do número de hóspedes e de dormidas, tanto na região como no país. Relativamente aos proveitos resultantes da actividade turística, o cenário foi mais positivo na Região Centro do que em Portugal.

No primeiro trimestre de 2010, os estabelecimentos hoteleiros em Portugal e na Região Centro acolheram um maior número de hóspedes do que em igual período do ano anterior. O acréscimo homólogo do número de hóspedes foi de 2,3% para Portugal e 3,3% para a Região Centro (Quadro 9). Também o número de dormidas na região e no país registou uma variação homóloga positiva no primeiro trimestre de 2010, ao contrário do que havia acontecido nos dois últimos trimestres de 2009.

A duração média da estadia dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, medida pela estada média, foi de 2,6 noites em Portugal e de 1,6 na Região Centro, valores idênticos aos registados no primeiro trimestre de 2009.

Apesar do aumento do número de hóspedes e de dormidas, apenas na região se registou um aumento dos proveitos resultantes da actividade turística, tendo-se verificado um acréscimo homólogo de 0,8% nos proveitos totais e de 2,2% nos proveitos de aposento.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e na Região Centro (variação homóloga)



Proveitos totais (variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008
		Média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	784,8	913,4	1.457,3	1.203,1	767,2	1.085,3	1.122,0
	v.h. (%)	2,3	- 0,4	- 2,0	- 1,8	- 10,7	- 3,3	0,7
Região Centro	milhares	127,6	150,9	229,4	186,1	123,6	172,5	176,2
	v.h. (%)	3,3	- 3,4	- 0,6	1,3	- 7,9	- 2,1	3,0
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	2.035,2	2.284,2	4.552,9	3.381,4	2.012,9	3.057,8	3.264,1
	v.h. (%)	1,1	- 5,2	- 4,8	- 3,7	- 14,4	- 6,3	- 1,4
Região Centro	milhares	209,9	265,9	454,6	340,9	201,7	315,8	323,8
	v.h. (%)	4,1	- 5,6	- 2,1	6,2	- 11,7	- 2,5	0,9
Estada média								
Portugal	n.º de noites	2,6	2,5	3,1	2,8	2,6	2,8	2,9
Região Centro	n.º de noites	1,6	1,8	2,0	1,8	1,6	1,8	1,8
Proveitos totais								
Portugal	milhares €	94.776	113.661	222.542	159.180	96.560	147.986	163.539
	v.h. real (%)	- 2,1	- 6,9	- 5,5	- 9,5	- 15,5	- 8,8	- 1,6
Região Centro	milhares €	9.947	13.055	21.624	15.902	9.845	15.107	15.879
	v.h. real (%)	0,8	- 5,2	- 1,0	2,3	- 16,2	- 4,1	2,7
Proveitos de aposento								
Portugal	milhares €	61.216	72.947	158.485	106.656	61.933	100.005	110.298
	v.h. real (%)	- 1,4	- 6,3	- 5,7	- 9,5	- 15,2	- 8,6	- 0,9
Região Centro	milhares €	6.055	7.651	13.901	9.407	5.906	9.217	9.621
	v.h. real (%)	2,2	- 3,9	- 1,6	2,8	- 14,0	- 3,4	2,5

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

O sector da construção manifestou, no primeiro trimestre de 2010, sinais mais positivos do que nos trimestres anteriores. As obras licenciadas decresceram menos do que nos trimestres anteriores e as obras concluídas aumentaram, em termos homólogos. Neste período, assistiu-se ainda a um aumento real do valor da avaliação bancária da habitação em 10 das 12 NUTS III da região.

No primeiro trimestre de 2010, o licenciamento de edifícios manteve a contracção observada nos trimestres anteriores. Face ao trimestre homólogo, os edifícios licenciados diminuíram 11,2% em Portugal e 8,8% na Região Centro, variações, contudo, inferiores às registadas desde o final de 2008 (Quadro 10). É de destacar o comportamento positivo do número de novos edifícios licenciados para construção na Região Centro, que registaram um acréscimo positivo neste período. Também os novos fogos para habitação familiar licenciados aumentaram (9,1%), pela primeira vez nos últimos trimestres.

Relativamente às obras concluídas, no primeiro trimestre de 2010, a análise é, particularmente, mais favorável, tendo-se assistido a um acréscimo homólogo do número de edifícios concluídos tanto em Portugal como na Região Centro (11,9% e 10,8%, respectivamente). Os novos fogos para habitação familiar concluídos merecem especial destaque já que aumentaram 31,0% face ao primeiro trimestre de 2009.

Os preços de manutenção e reparação regular da habitação, no primeiro trimestre de 2010, continuaram a crescer, em termos homólogos, embora de forma menos intensa no Continente do que na Região Centro, em que aumentaram 1,7%.

Quadro 10 – Construção e Habitação

		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008	
		Média trimestral							
Edifícios licenciados									
Portugal	n.º	6.952	7.034	7.765	7.963	7.825	7.647	9.726	
	v.h. (%)	- 11,2	- 15,1	- 16,6	- 23,4	- 28,3	- 21,4	- 15,0	
Região Centro	n.º	2.196	2.241	2.459	2.510	2.408	2.405	2.886	
	v.h. (%)	- 8,8	- 9,6	- 11,0	- 20,3	- 23,6	- 16,7	- 12,7	
para habitação familiar	n.º	1.411	1.491	1.595	1.599	1.594	1.570	1.989	
	v.h. (%)	- 11,5	- 9,0	- 16,3	- 26,9	- 28,4	- 21,1	- 17,4	
Construções novas - Edifícios	n.º	1.489	1.557	1.637	1.631	1.615	1.610	2.092	
	v.h. (%)	7,8	- 1,5	- 0,3	- 0,1	- 0,4	- 23,0	- 15,6	
para habitação familiar	v.h. (%)	- 8,4	- 5,7	- 21,5	- 32,7	- 33,5	- 24,9	- 19,7	
Edifícios concluídos									
Portugal	n.º	10.619	10.764	10.511	9.631	9.489	10.099	10.525	
	v.h. (%)	11,9	1,4	- 3,0	- 7,2	- 7,6	- 4,1	0,4	
Região Centro	n.º	3.159	3.420	3.193	2.868	2.850	3.083	3.148	
	v.h. (%)	10,8	6,0	- 2,5	- 5,5	- 6,7	- 2,1	1,4	
para habitação familiar	n.º	2.496	2.652	2.472	2.202	2.162	2.372	2.430	
	v.h. (%)	15,4	7,8	- 3,8	- 5,7	- 8,2	- 2,4	- 1,1	
Construções novas - Edifícios	n.º	2.421	2.629	2.539	2.206	2.178	2.388	2.490	
	v.h. (%)	11,2	4,2	- 3,1	- 8,4	- 9,5	- 4,1	- 0,9	
para habitação familiar	v.h. (%)	18,5	7,4	- 4,4	- 7,8	- 10,2	- 3,7	- 2,9	
Novos fogos para habitação familiar - Região Centro									
Licenciados	v.h. (%)	9,1	- 1,8	- 30,1	- 45,4	- 39,2	- 31,8	- 30,4	
Concluídos	v.h. (%)	31,0	4,5	- 0,4	- 5,5	- 18,9	- 4,9	2,1	
Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação									
Continente	v.h. (%)	0,6	0,9	1,7	2,1	2,8	1,9	3,1	
Região Centro	v.h. (%)	1,7	1,7	1,4	1,8	2,1	1,7	2,4	
Avaliação bancária da habitação									
Portugal	€/m ²	1.172,0	1.157,3	1.146,3	1.136,3	1.131,3	1.142,8	n.d.	
Região Centro	€/m ²	977,7	964,0	956,3	939,0	930,3	947,4	n.d.	

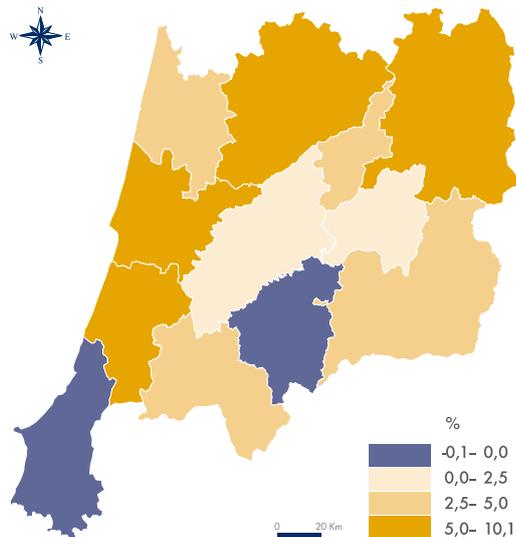
n.d. – não disponível

O valor da habitação, tendo em conta a sua avaliação bancária, registou um aumento tanto em Portugal como na região face aos trimestres anteriores (incluindo o homólogo), continuando com um valor regional ainda assim inferior ao da média nacional.

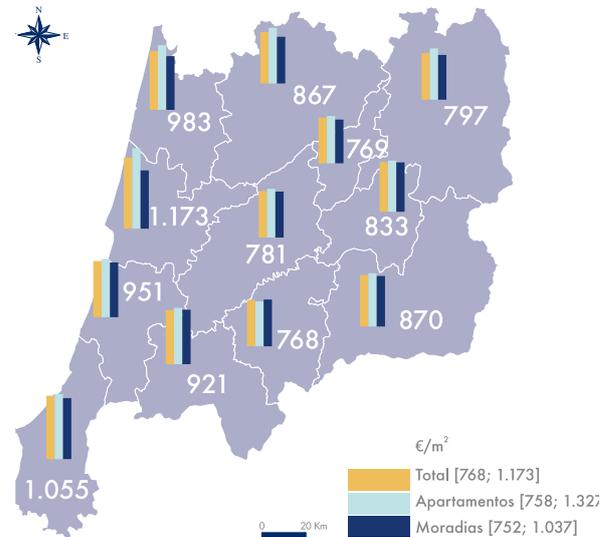
No que respeita ao valor da avaliação bancária da habitação segundo uma desagregação sub-regional, registou-se um decréscimo, face ao primeiro trimestre de 2009, em apenas duas das 12 NUTS III da região e de forma marginal: Oeste (0,1%) e Pinhal Interior Sul (0,1%). Nas restantes 10 sub-regiões a avaliação bancária da habitação aí localizada era mais elevada neste trimestre do que em igual período do ano anterior. Com as maiores variações homólogas reais, acima de 5%, destacavam-se as sub-regiões Baixo Mondego (10,1%), Pinhal Litoral (9,8%), Dão-Lafões (7,9%) e Beira Interior Norte (6,4%).

No primeiro trimestre de 2010, os valores mais elevados da avaliação bancária da habitação encontravam-se no Baixo Mondego (1.173€/m²) e no Oeste (1.055€/m²). Tal como nos trimestres anteriores, estas continuavam as únicas duas sub-regiões a registar valores acima dos 1.000 euros/m² de avaliação bancária da habitação. Pelo contrário, os menores valores de avaliação da habitação (abaixo de 800€/m²) registaram-se numa faixa contínua que liga as sub-regiões Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul. Desagregando esta informação por tipo de edifício, as conclusões eram semelhantes, uma vez que era também naquelas sub-regiões que se observavam os maiores e os menores valores de avaliação bancária tanto de moradias como de apartamentos.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2010



Avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2010



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

A inflação medida pela variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou 0,3% no primeiro trimestre de 2010, na Região Centro e em Portugal. A par do crescimento dos preços, observou-se uma evolução positiva em vários indicadores de consumo na região e no país.

Os preços no consumo, medidos pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), verificaram um crescimento homólogo no primeiro trimestre de 2010, invertendo a tendência de decréscimo dos preços observada nos últimos trimestres, tanto na Região Centro como em Portugal (Quadro 11). A inflação da região, avaliada pela variação homóloga dos preços no consumidor, cresceu 0,3%, valor idêntico ao crescimento dos preços para o total nacional. Para esta aceleração dos preços contribuíram o crescimento dos preços das classes de bens “bebidas alcoólicas e tabaco” (4,6%), “habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (4,4%) e os “transportes” (3,2%). Pelo contrário, destacavam-se as classes “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (-4,4%), “saúde” (-2,6%) e “comunicações” (-1,5%) por registarem os maiores decréscimos homólogos, sustentando o comedido aumento homólogo dos preços na região.

Quadro 11 – Preços		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008	
		Média trimestral							
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v.h. (%)	0,3	- 0,7	- 1,5	- 1,1	0,0	- 0,8	n.d.	
Região Centro	v.h. (%)	0,3	- 0,6	- 1,7	- 1,4	- 0,3	- 1,0	n.d.	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v.h. (%)	- 4,4	- 4,9	- 5,9	- 2,6	1,7	- 3,0	n.d.	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v.h. (%)	4,6	3,7	3,4	2,9	4,8	3,7	n.d.	
Vestuário e calçado	v.h. (%)	- 0,2	- 2,1	- 3,8	- 2,7	- 4,4	- 3,2	n.d.	
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	v.h. (%)	4,4	2,1	1,5	1,0	1,7	1,6	n.d.	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v.h. (%)	0,8	0,8	1,0	1,7	1,8	1,3	n.d.	
Saúde	v.h. (%)	- 2,6	- 1,5	- 1,8	- 1,3	- 0,9	- 1,4	n.d.	
Transportes	v.h. (%)	3,2	- 0,3	- 4,2	- 5,9	- 5,8	- 4,1	n.d.	
Comunicações	v.h. (%)	- 1,5	0,0	0,0	- 2,0	- 2,5	- 1,1	n.d.	
Lazer, recreação e cultura	v.h. (%)	- 0,2	- 0,3	- 0,1	0,6	0,2	0,1	n.d.	
Educação	v.h. (%)	1,3	1,5	2,4	2,3	2,2	2,1	n.d.	
Restaurantes e hotéis	v.h. (%)	0,7	1,1	2,1	2,2	2,5	2,0	n.d.	
Bens e serviços diversos	v.h. (%)	0,1	1,5	1,8	2,3	2,8	2,1	n.d.	

n.d. – não disponível

No primeiro trimestre de 2010, assistiu-se a uma melhoria em vários indicadores considerados como aproximação da evolução do consumo privado na região e no país. Todos os indicadores analisados, com excepção das importações intra-comunitárias de bens de consumo, evidenciavam um crescimento homólogo mais intenso no primeiro trimestre do ano. No caso dos indicadores de caixas e terminais Multibanco é de ressaltar o importante aumento homólogo registado no valor das compras efectuadas através de terminais de pagamento automático, superando os crescimentos observados ao longo dos vários trimestres de 2009.

No período em análise, a avaliar pelos indicadores apresentados, os agentes económicos da região registaram um maior crescimento do seu nível de consumo que o observado para o todo nacional.

Quadro 12 – Consumo Privado		1T10	4T09	3T09	2T09	1T09	2009	2008	
		Média trimestral							
Importações intra-comunitárias (chegadas) de bens de consumo									
Portugal	v.h. real (%)	- 18,0	6,5	12,1	8,5	5,3	8,1	- 0,5	
Região Centro	v.h. real (%)	- 22,0	69,3	84,0	50,6	51,7	63,0	- 42,4	
Assinantes do serviço de televisão¹⁸									
Portugal	v.h. (%)	11,7	10,6	10,5	10,9	x	9,3	x	
Região Centro	v.h. (%)	17,3	15,2	14,9	16,0	x	13,3	x	
Receitas de cinema									
Portugal	v.h. real (%)	27,4	6,1	5,0	23,4	- 2,8	6,5	- 1,4	
Região Centro	v.h. real (%)	36,8	9,3	13,4	41,2	- 4,5	12,0	0,0	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v.h. real (%)	2,8	2,2	1,8	4,3	0,6	2,2	2,5	
Região Centro	v.h. real (%)	2,9	2,6	2,0	11,4	0,6	4,0	2,8	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v.h. real (%)	4,1	0,4	6,5	2,3	- 0,9	2,3	3,7	
Região Centro	v.h. real (%)	3,1	0,0	7,6	11,7	0,4	5,1	4,6	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v.h. real (%)	13,8	8,8	4,7	4,7	- 0,4	4,7	3,0	
Região Centro	v.h. real (%)	17,7	11,1	6,0	5,5	0,8	6,1	6,3	

¹⁸ Inclui as subscrições de televisão por cabo, por satélite (DTH), por fibra óptica (FTTH) e por outros meios de acesso (IPTV e similares)

POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRO

Até 31 de Março de 2010, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovadas na Região Centro 7.671 candidaturas, ou seja, 29,6% do número de projectos aprovados no país e 25,9% do total nacional de fundos comunitários atribuídos.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, até à mesma data, tinha sido aprovado um valor total de FEDER de 880 milhões de euros, que se continuava a concentrar, sobretudo, nos eixos I - Competitividade, inovação e conhecimento (32%), 2 - Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos (23%) e 3 - Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (36%).

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objectivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

O Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, inovação e conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais;
- Eixo 4: Protecção e valorização ambiental;
- Eixo 5: Governação e capacitação institucional;
- Eixo 6: Assistência técnica.

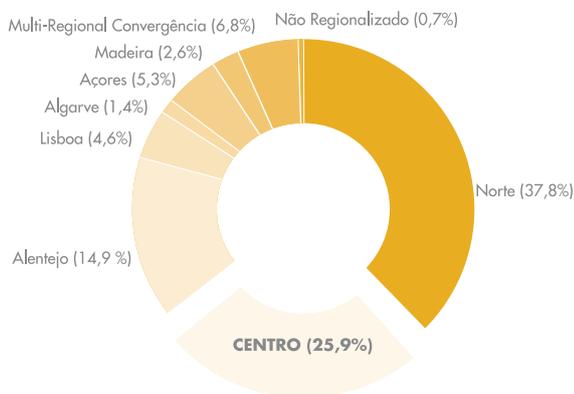
Até ao final de Março de 2010, foram aprovadas na Região Centro, no âmbito do QREN, 7.671 candidaturas, ou seja, 29,6% do número total de projectos aprovados no país. O fundo comunitário envolvido nestes projectos ascendeu a 2.826 milhões de euros, representando assim 25,9% do total de fundos aprovados no QREN em Portugal (Quadro 13). No trimestre em análise observou-se um maior dinamismo face aos trimestres anteriores, o que se reflectiu num aumento de 30,0% do número de candidaturas aprovadas (mais 1.777 projectos) e de 15,8% do total de fundos aprovados na região (mais 386 milhões de euros), em relação ao último trimestre de 2009.

Em 31 de Março de 2010 e à semelhança dos trimestres anteriores, o número de aprovações, na região, respeitava na sua maioria a candidaturas no âmbito do PO PH e do Mais Centro (68% e 19%, respectivamente, do total de candidaturas aprovadas na Região Centro). Relativamente aos fundos comunitários aprovados na região, foi também no PO PH e no Mais Centro que se concentraram os maiores valores (38,3% e 31,1%, respectivamente, do total de fundos comunitários aprovados na região). No Mais Centro, o fundo aprovado era de 880 milhões de euros, o que representava 24,8% do total de fundo FEDER aprovado na totalidade dos programas operacionais regionais do país. Nos Programas Operacionais Temáticos, a Região Centro manteve a sua relevância no PO PH e no PO FC, concentrando 29,2%, 29,0%, respectivamente, do valor de fundo atribuído.

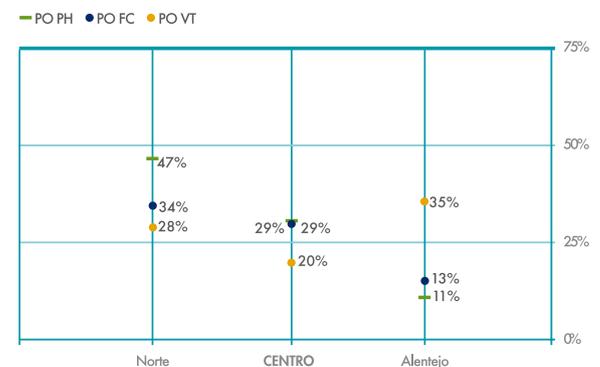
Quadro 13 – O QREN na Região Centro
(31 de Março de 2010)

		Região Centro				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Candidaturas apresentadas	n.º	16.028	2.949	10.724	2.017	338
	% do total nacional	28,4	22,2	30,5	29,1	45,5
Investimento (custo) total	milhões €	17.466	4.495	5.316	5.620	2.035
	% do total nacional	31,9	29,4	28,5	43,6	26,1
Candidaturas aprovadas	n.º	7.671	1.444	5.248	879	100
	% do total nacional	29,6	23,8	31,9	29,3	33,2
Investimento (custo) total	milhões €	5.574	1.779	1.629	1.600	566
	% do total nacional	27,3	26,0	29,0	33,2	18,7
Investimento (custo) elegível	milhões €	4.958	1.426,5	1.629	1.374	528
	% do total nacional	27,4	25,4	29,0	33,2	19,8
Fundo comunitário	milhões €	2.826	880	1.082	500	364
	% do QREN (total) da região	100,0	31,1	38,3	17,7	12,9
	% do total nacional	25,9	24,8	29,2	29,0	19,6

Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região
(31 de Março de 2010)



Relevância das três regiões de convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais Temáticos (31 de Março de 2010)



Adaptado de: Comissão Técnica de Coordenação do QREN, "Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletim Informativo 7", pág. 14

Até 31 de Março de 2010, foram abertos no Mais Centro 264 concursos e períodos de candidatura para processo de selecção com 1.234 milhões de euros de fundo a concurso, ou seja, 72,5% da dotação total do Programa Operacional Regional (Quadro 14). Nesta data, 51,7% das verbas do Mais Centro encontravam-se comprometidas, sendo o Mais Centro o programa das regiões de convergência do Continente com um maior valor de taxa de compromisso.

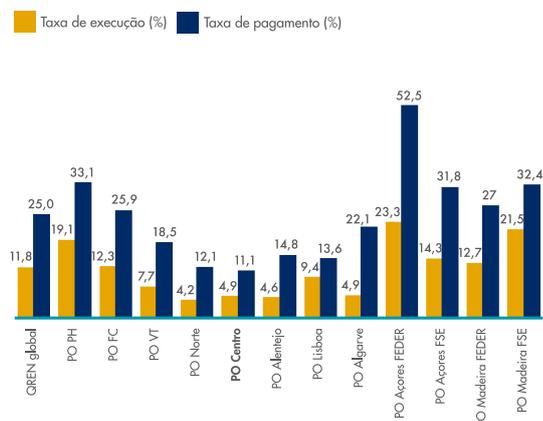
O ritmo de despesa validada verificou um importante aumento. Até 31 de Março de 2010, o volume de despesa validada no Mais Centro atingiu 113,8 milhões de euros de investimento elegível, a que correspondia 83 milhões de euros de FEDER. A título de reembolso ou adiantamentos foram pagos aos beneficiários do Mais Centro 98 milhões de euros. Os adiantamentos evidenciavam alguma relevância, justificando uma taxa de reembolso superior a 100% (118,1%) e uma taxa de pagamentos (11,1%) superior à taxa de realização (9,4%). O montante de despesa validada (fundo), no âmbito do Mais Centro, representa 4,9% do total de fundo FEDER previsto executar durante o período de programação, tendo registado um importante aumento face aos últimos meses de 2009 e posicionando a Região Centro como a região de convergência do Continente com maior taxa de execução.

Relativamente às várias Agendas, é de ressaltar o posicionamento da Região Centro no que se refere à Agenda Factores de Competitividade. Até final de Março de 2010, a Região Centro era a segunda região do Continente com maior valor de fundo aprovado nos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas, concentrando 34,5% do total de incentivos aprovados no Continente

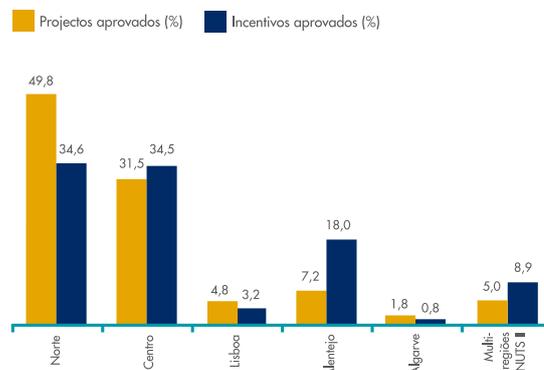
e distando apenas 0,1 p.p. do Norte. De salientar ainda a dimensão dos projectos aprovados, em termos do valor de incentivo que envolve, o que se traduzia num peso da região no total do Continente em termos de valor de incentivo aprovado superior ao registado em termos do número de aprovações.

Quadro 14 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		Março 2010	Dezembro 2009	Setembro 2009
Processo de selecção				
Total de concursos e períodos de candidatura	n.º	264	239	224
Fundo a concurso	milhares € % da dotação	1.234 72,5	1.195 70,2	1.139 66,9
Execução Financeira				
Despesa validada				
Investimento (custo) elegível	milhões €	113,8	79,9	20,7
Fundo comunitário	milhões €	83,0	58,6	14,3
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	98,0	75,6	35,8
Indicadores financeiros				
Taxa de compromisso (fundo aprovado/ fundo programado)	%	51,7	41,7	35,7
Taxa de execução (fundo validado/ fundo programado)	%	4,9	3,4	0,8
Taxa de realização (fundo validado/ fundo aprovado)	%	9,4	8,2	2,4
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários/ fundo aprovado)	%	11,1	10,6	5,9
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários/ fundo validado)	%	118,1	129,1	250,7

Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional
(31 de Março de 2010)



Distribuição regional dos Incentivos aprovados às empresas na Agenda Factores de Competitividade
(31 de Março de 2010)

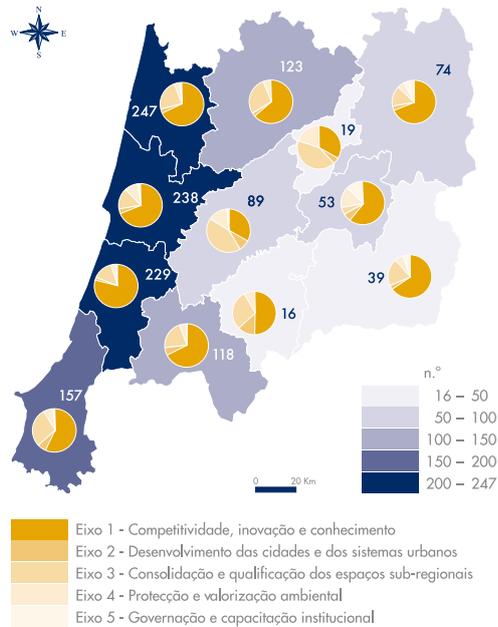


Numa análise regional por NUTS III, no âmbito do Mais Centro e à data de 31 de Março de 2010, destacaram-se as sub-regiões do litoral que lideravam no que se refere tanto ao número de projectos como ao valor de FEDER aprovado. Cerca de metade do número total de candidaturas aprovadas no Mais Centro referiam-se a projectos localizados no Baixo Vouga, no Baixo Mondego e no Pinhal Litoral. Considerando também a sub-região do Oeste, verificava-se que 61,0% das candidaturas aprovadas e 61,6% do fundo comunitário aprovado respeitavam a investimentos localizados nestas quatro sub-regiões litorais.

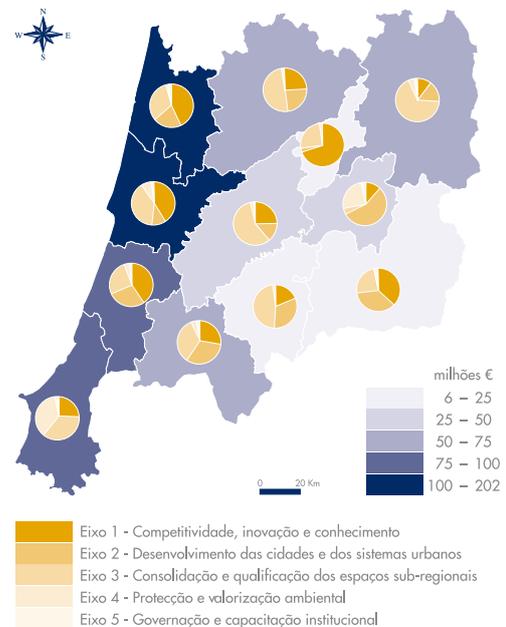
No Programa Operacional Regional, o valor total de FEDER aprovado nas várias sub-regiões encontrava-se concentrado, essencialmente, nas temáticas Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1), Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos (eixo 2) e Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3). Apenas na Cova da Beira o eixo 4 (Protecção e Valorização Ambiental) revelava maior importância relativa que os eixos 1 e 3.

Analisando a distribuição sub-regional do fundo comunitário tendo em conta a dimensão populacional das regiões, ou seja, o fundo comunitário *per capita*, destacava-se a importância relativa do Baixo Mondego e da Beira Interior Norte, sub-regiões com relevo em termos do FEDER aprovado no âmbito do Mais Centro. No caso da Beira Interior Norte, foram aprovados projectos com um valor de investimento elevado que respeitam, essencialmente, aos eixos 2 (parcerias para a regeneração urbana) e 3 (remodelação de infra-estruturas hospitalares e ligações rodoviárias). Relativamente à dimensão média dos projectos em termos do fundo comunitário aprovado, para além destas duas NUTS III, ressaltava ainda a Serra da Estrela. Tal como acontecia nos trimestres anteriores, no caso da Serra da Estrela, apesar de ser em conjunto com o Pinhal Interior Sul uma das sub-regiões com menor número de candidaturas e de valor de fundo comunitário aprovados, os projectos aprovados para esta sub-região apesar de terem sido em número reduzido envolviam um montante elevado de investimento. Já o Pinhal Litoral registava um dos menores valores de fundo comunitário por projecto, uma vez que apesar de aí se localizarem muitos projectos de investimento aprovados, muitos deles envolviam, individualmente, um valor de fundo comunitário reduzido.

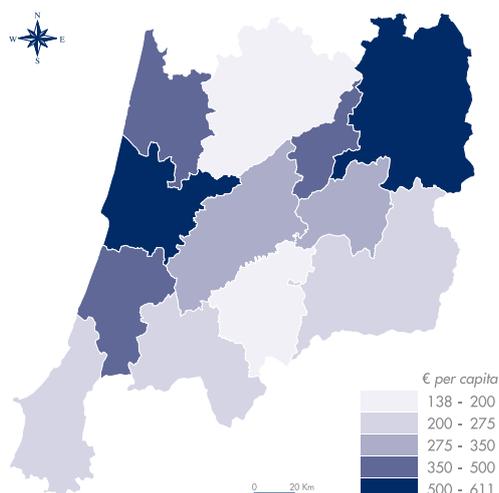
Projectos aprovados no âmbito do Mais Centro
(31 de Março de 2010)



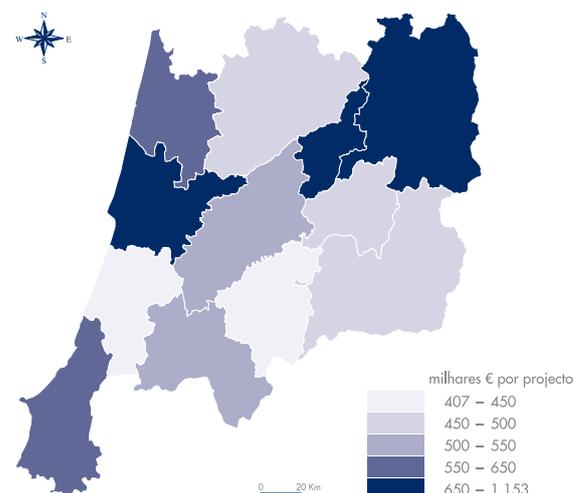
Fundo comunitário atribuído aos projectos no âmbito do Mais Centro
(31 de Março de 2010)



Fundo comunitário *per capita* no âmbito do Mais Centro
(31 de Março de 2010)



Fundo comunitário por projecto no âmbito do Mais Centro
(31 de Março de 2010)



PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL INTERREG IIIA 2000-2006

O programa de cooperação transfronteiriça Espanha–Portugal INTERREG IIIA, que decorreu no período 2000-2006, envolveu, na Região Centro, dois territórios de fronteira luso-espanhola distintos: Centro/Castilla y León e Centro/Alentejo/Extremadura (originando cada um destes territórios um subprograma próprio). No caso do subprograma Centro/Castilla y León foram executados 54 projectos que resultaram num valor de FEDER executado na Região Centro de 25,2 milhões de euros.

O INTERREG III é um programa de iniciativa comunitária que compreende três vertentes de cooperação: cooperação transfronteiriça (INTERREG IIIA), cooperação transnacional (INTERREG IIIB) e cooperação inter-regional (INTERREG IIIC).

O programa de cooperação transfronteiriça INTERREG IIIA Espanha-Portugal decorreu no período 2000-2006 e teve como objectivo principal desenvolver os territórios ao longo da fronteira luso-espanhola, através da implementação de estratégias conjuntas de cooperação económica, social e institucional. Este tipo de cooperação entre territórios fronteiriços vizinhos incidiu, essencialmente, nos seguintes domínios: promoção do desenvolvimento urbano, rural e costeiro; desenvolvimento da capacidade empresarial e das pequenas e médias empresas (PME), turismo e de iniciativas locais de desenvolvimento e de emprego (ILDE); integração no mercado de trabalho e promoção da integração social; cooperação em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico, educação, cultura, comunicação, saúde e protecção civil; protecção do ambiente, eficiência energética e fontes de energia renováveis; infraestruturas básicas transfronteiriças, (de transporte, informação, telecomunicações, sistemas hídricos e energéticos; cooperação jurídica e administrativa e cooperação entre cidadãos e instituições e assistência técnica.

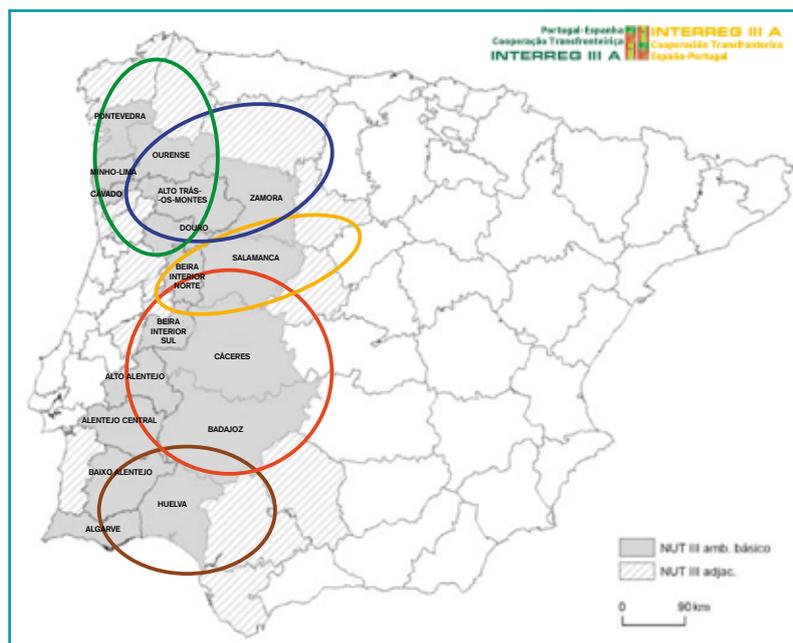
Este programa estava organizado em 4 eixos estratégicos de intervenção:

- Eixo 1: Infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço
- Eixo 2: Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais
- Eixo 3: Desenvolvimento económico e promoção da empregabilidade
- Eixo 4: Fomento da cooperação e integração social e institucional

Estruturou-se ainda em cinco subprogramas de natureza territorial (a que acresceu um Subprograma Nacional).

O Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha, com programação entre 2000 e 2006 (mas cuja execução decorreu até 30 de Junho de 2009), envolveu uma despesa pública total de 1.098 milhões de euros a que correspondeu um FEDER de 823 milhões de euros.

INTERREG IIIA 2000 – 2006 – 5 Áreas de Cooperação



- Subprograma 1:** Norte/Galiza
- Subprograma 2:** Norte/Castilla y León
- Subprograma 3:** Centro/Castilla y León
- Subprograma 4:** Centro/Alentejo/Extremadura
- Subprograma 5:** Alentejo/Algarve/Andalucía

No caso da Região Centro, este programa integrou 2 subprogramas que envolviam o território de fronteira da Região Centro: o Subprograma 3. Centro/Castilla y León e o Subprograma 4. Centro/Alentejo/Extremadura. Neste Boletim apresentam-se os resultados do subprograma 3., sendo que na próxima edição se apresentarão os resultados do subprograma 4. que também envolve o território da Região Centro.

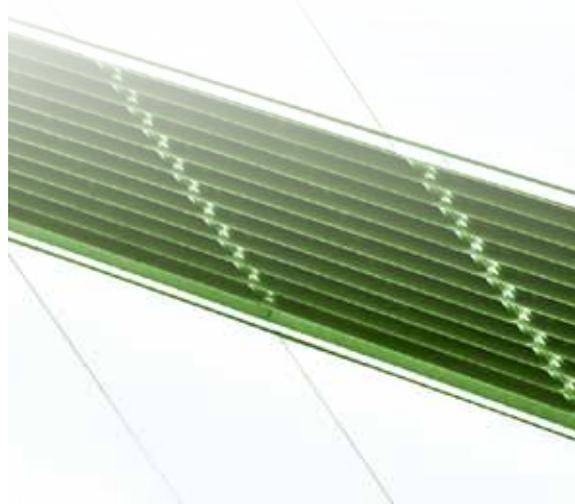
SUBPROGRAMA CENTRO-CASTILLA Y LEÓN

O espaço de cooperação entre as regiões de Castilla y León e Centro de Portugal, definido para o Programa INTERREG IIIA - Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha 2000-2006, ao nível do âmbito básico, é constituído pela Província de Salamanca, em Castilla y León, e pela Beira Interior Norte, na Região Centro. Os territórios adjacentes, também elegíveis em algumas condições mais específicas, são, em Castilla y León, as províncias de Ávila, Valladolid e Zamora e, na Região Centro, as NUTS III Cova da Beira, Serra da Estrela e Dão-Lafões.

Neste subprograma foram executados 54 projectos, repartidos pelos quatro eixos, sendo que o maior número de projectos, bem como de fundo executado na Região Centro, se concentrou nos eixos 2, relacionado com os recursos naturais e culturais, e 3, relacionado com o desenvolvimento económico. Na sua aprovação, estes 54 projectos previam envolver, na Região Centro, 24.157 milhares de euros de FEDER, sendo que no final do programa tinha sido executado nesta região um valor ligeiramente superior (25.233 milhares de euros), o que resultou numa taxa de execução deste subprograma de 104,5%.

	Subprograma Centro Castilla y León		Região Centro			
	Projectos executados		FEDER aprovado	FEDER executado		Taxa de execução
	N.º	%	milhares €	milhares €	%	%
Eixo 1 – Infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço	4	7,4	4.030,3	4.309,5	17,1	106,9
Eixo 2 – Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais	20	37,0	10.587,4	10.962,1	43,4	103,5
Eixo 3 – Desenvolvimento económico e promoção da empregabilidade	17	31,5	7.560,1	8.144,1	32,3	107,7
Eixo 4 – Fomento da cooperação e integração social e institucional	13	24,1	1.979,0	1.817,4	7,2	91,8
TOTAL	54	100,0	24.156,8	25.233,2	100,0	104,5
TOTAL Programa INTERREG IIIA na Região Centro	86	-	48.089,1	49.912,3	-	103,8

Os projectos executados resumem as apostas concretizadas pelas regiões Centro e Castilla y León, nomeadamente: valorização do património histórico (recuperação de centros e zonas históricas e do património construído – igrejas, fortificações e outros edifícios com valor arquitectónico); construção de novos equipamentos urbanos (ex: Plataforma Logística da Guarda, Biblioteca da Guarda, Sede do Centro de Estudos Ibéricos ou Piscina Municipal de Vilar Formoso); melhoria das condições de acessibilidade fronteiriça (requalificação de ligações rodoviárias nos municípios fronteiriços de Figueira de Castelo Rodrigo, de Almeida e do Sabugal); consolidação de estruturas permanentes de cooperação transfronteiriça (Comunidade de Trabalho Região Centro – Castilla y León, Comunidade de Trabalho Beira Interior Norte – Salamanca, Centro de Estudos Ibéricos); dinamização de processos de cooperação em áreas relevantes para a vida dos cidadãos (intercâmbios culturais, juvenis e desportivos, integração de grupos sociais desfavorecidos e promoção da telemedicina) e das empresas (optimização energética e energias alternativas, investigação e inovação em sectores como o agro-alimentar e automóvel, formação profissional e cooperação empresarial) nos territórios de fronteira. Estas apostas estavam, perfeitamente, alinhadas com a estratégia do Programa INTERREG IIIA.



[DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO]

INDICADOR REGIONAL DE LISBOA *LISBON INDEX*

A Comissão Europeia (CE) divulgou recentemente os resultados de um novo índice que produziu – o Indicador Regional de Lisboa (*Lisbon Index*). Este índice pretende medir o distanciamento das regiões NUTS II da União Europeia (UE) face aos oito principais objectivos estabelecidos na Estratégia de Lisboa para 2010 em matéria de emprego, educação e investigação e desenvolvimento (I&D).

A metodologia de construção deste indicador assentou em quatro premissas:

- construir um índice de fácil compreensão e interpretação que reflectisse os objectivos traçados na Estratégia de Lisboa;
- assegurar que ao longo do tempo e em cada ano um mesmo valor significa um mesmo desempenho;
- evitar duplas ou triplas contagens (através da utilização para o índice de indicadores individuais que não se sobrepõem em termos de cálculo) e
- combinar indicadores individuais de forma que as variações nestes indicadores tenham o mesmo peso nas variações do indicador compósito.

Neste indicador foi privilegiada como unidade de medida o distanciamento face aos oito objectivos definidos na Estratégia de Lisboa em detrimento dos próprios valores absolutos dos vários indicadores, que dificultariam a análise dos dados. Cada um dos oito indicadores foi transformado, numa primeira fase de cálculo, num valor que traduz uma distância face ao objectivo e que varia entre 0 a 1 (a região que se encontra mais afastada dos objectivos tem o valor 0 enquanto a região que o atinge ou o excede tem o valor 1). Posteriormente, todos estes valores individuais foram combinados e transformados em valores que variam entre 0 e 100. Desta forma, uma região toma o valor 100 se atingiu, em 2007, os oito objectivos e toma o valor 0 se for a região mais afastada de todos eles¹⁹.

¹⁹ Tanto em 2000 como em 2007, apenas uma região europeia atingiu os oito objectivos, assumindo o valor 100: em 2000 uma região da Suécia e em 2007 uma região da Finlândia.



Os resultados mostram que, em média, as regiões europeias aumentaram 11,4 pontos no Indicador Regional de Lisboa entre 2000 e 2007 (passando de 57,3 para 68,7), aproximando-se dos oito objectivos definidos na Estratégia de Lisboa. Observou-se uma melhoria do posicionamento da UE27 em todos os indicadores individuais, com excepção do indicador peso da despesa das empresas em I&D no PIB que se afastou, neste período, do valor estabelecido como meta para 2010. É ainda de salientar que há diferenças de desempenho entre as regiões que decorrem dos níveis de desenvolvimento avaliados tendo em conta o seu valor de PIB *per capita*²⁰. Em 2007, as regiões beneficiárias do programa convergência e as regiões em transição (regiões *phasing-in* e *phasing out*) encontravam-se mais distantes da maioria dos objectivos do que as regiões competitividade e emprego. Esta situação torna-se mais evidente no valor do próprio indicador sintético, uma vez que as regiões competitividade e emprego já ultrapassavam, em 2007, o valor da média comunitária enquanto as regiões de convergência e em transição se encontravam neste ano ainda aquém do valor da UE27 registado em 2000.

²⁰ Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões foram classificadas, para efeitos dos instrumentos financeiros comunitários e do cumprimento da política de coesão, em regiões de convergência (quando valor do PIB *per capita* é inferior a 75% da média da UE25), regiões em regime transitório *phasing-out* (do objectivo da convergência) e *phasing-in* (para o objectivo competitividade e emprego) e ainda regiões da competitividade e emprego.

Indicador Regional de Lisboa por componentes e segundo os tipos de regiões

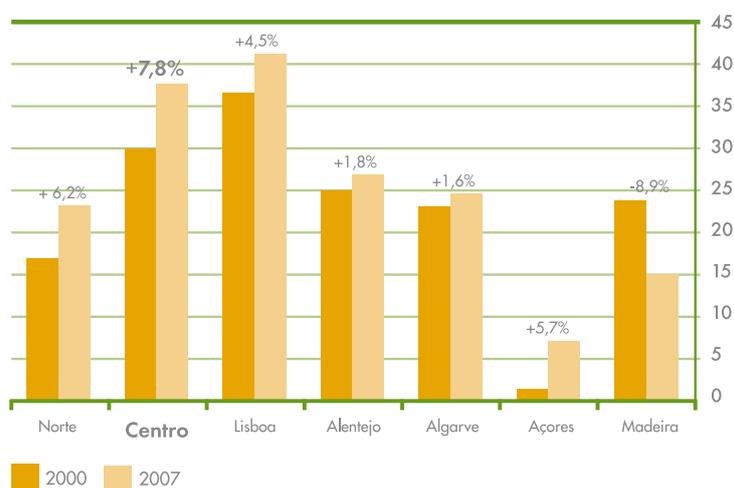
	Objectivo da Estratégia de Lisboa ²¹	UE27		Regiões de convergência	Regiões em transição	Regiões competitividade e emprego
		2000	2007	2007		
Taxa de emprego dos homens dos 15 aos 54 anos (%)	85	75,5	76,2	70,0	76,6	79,5
Taxa de emprego das mulheres dos 15 aos 54 anos (%)	64	59,0	63,2	55,7	58,6	67,7
Taxa de emprego dos indivíduos dos 55 aos 64 anos (%)	50	37,1	44,7	38,7	43,6	47,7
Taxa de abandono escolar dos indivíduos dos 18 aos 24 anos (%)	10	17,6	15,2	16,3	20,7	14,5
Peso dos indivíduos dos 20 aos 40 anos que atingiram o ensino secundário (%)	85	75,3	77,6	79,4	71,9	77,1
Participação em programas de aprendizagem ao longo da vida por indivíduos dos 25 aos 64 anos (%)	12,5	6,9	9,2	5,0	8,1	11,1
Peso da despesa das empresas em I&D no PIB (%)	2,0	1,2	0,7	0,3	0,4	1,4
Peso da despesa do Estado, do ensino superior e das instituições sem fins lucrativos em I&D no PIB (%)	1,0	0,7	1,2	0,5	0,6	0,7
Indicador Regional de Lisboa	100	57,3	68,7	41,8	49,7	75,2

²¹ As metas definidas na Estratégia de Lisboa foram recalculadas através de transformações aos indicadores por forma a que estes ficassem mutuamente exclusivos, evitando assim duplas contagens no índice (nomeadamente nos indicadores de emprego e de I&D).

Em Portugal, entre 2000 e 2007, todas as regiões se aproximaram do objectivo do Indicador Regional de Lisboa (100), com excepção da Madeira que se afastou.

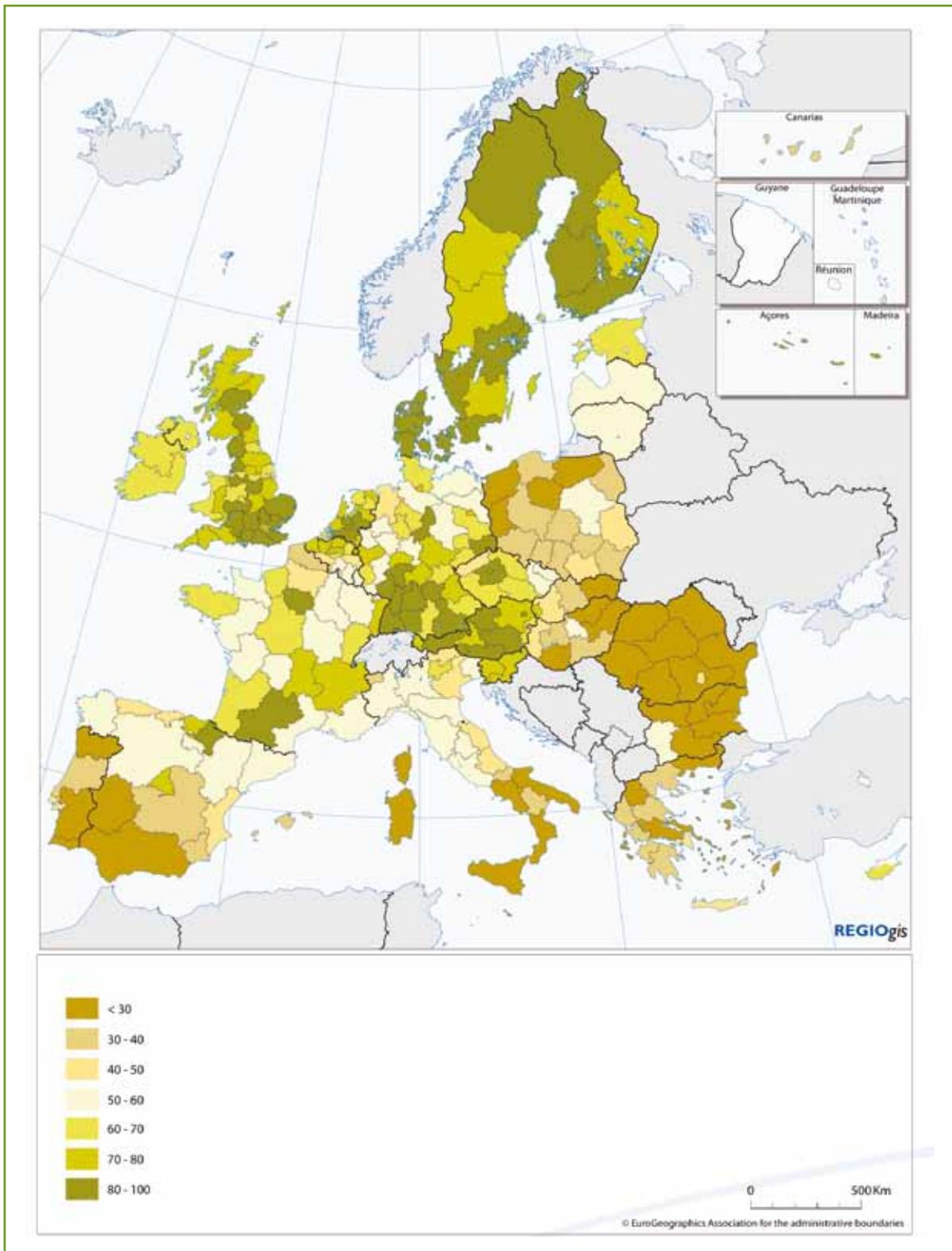
A Região Centro foi a região do país que mais se destacou, já que foi a que mais cresceu neste indicador entre 2000 e 2007 (7,8%), quando apresentava já em 2000 um bom desempenho face às restantes regiões do país. É ainda de referir que face às restantes regiões de convergência (Norte e Alentejo no Continente e os Açores) é a que apresenta melhores valores do índice, tendo também superado os valores registados pela Madeira (região em transição). Apesar do forte aumento no indicador, manteve-se, em 2007, na segunda posição em termos do desempenho global no índice, sendo assim apenas superada pela única região de competitividade e emprego do país (Lisboa). No entanto, a distância relativa face a Lisboa diminuiu, passando de uma distância de 6,8 pontos em 2000 para apenas 3,5 pontos em 2007.

Indicador Regional de Lisboa nas regiões NUTS II portuguesas, 2000 – 2007



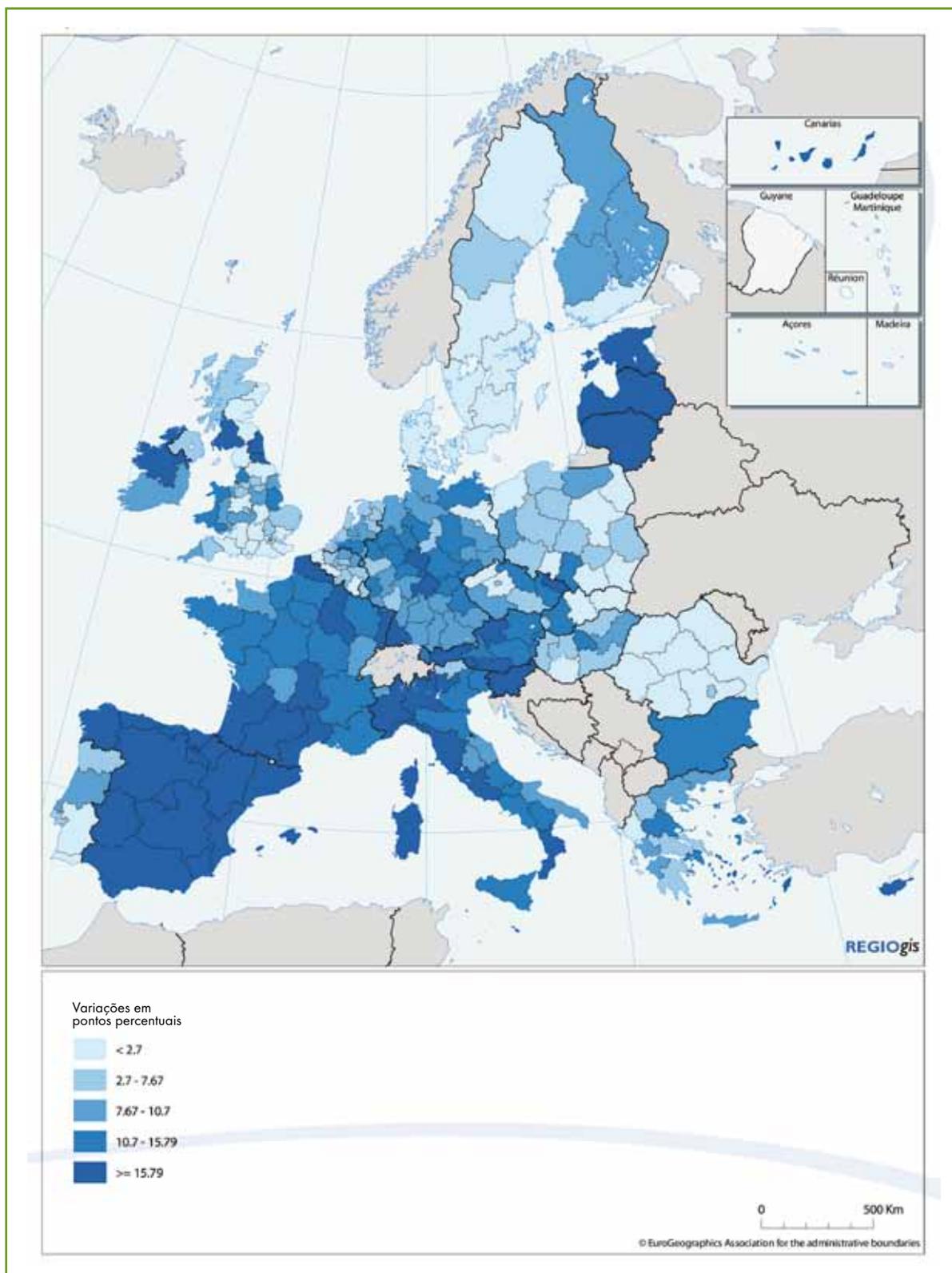
Face ao contexto europeu, no *ranking* das 267 regiões europeias em análise, a Região Centro assume, em 2007, a posição 206 no Indicador Regional de Lisboa, tendo sido a única região portuguesa a melhorar o seu posicionamento neste *ranking* entre 2000 e 2007. Foi também a região do país com maior variação entre 2000 e 2007.

Indicador Regional de Lisboa: posicionamento face aos objetivos definidos na Estratégia de Lisboa, por regiões NUTS II, 2007



Fonte: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.html

Varição do Indicador Regional de Lisboa, por regiões NUTSII da UE27, entre 2000 e 2007



Fonte: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.html

De seguida, é apresentada uma análise mais detalhada, para as regiões portuguesas, tendo em conta cada objectivo individual definido na Estratégia de Lisboa para 2010. Esta análise, com enfoque particular em cada um dos objectivos, permite aferir acerca dos pontos fortes e fracos das várias regiões e em que matérias será mais importante actuar em termos de políticas públicas.

Deste exercício, conclui-se que a Região Centro apresentava, face às restantes regiões do país e aos objectivos para 2010, um bom desempenho em matéria de emprego, devendo, no entanto, melhorar o seu desempenho no que respeita à escolaridade/educação e ao investimento em I&D (apesar de em termos relativos face às restantes regiões do país e à média nacional se encontrar, na generalidade bem posicionada).

No que se refere ao **emprego** são considerados os indicadores:

- taxa de emprego dos homens dos 15 aos 54 anos
- taxa de emprego das mulheres dos 15 aos 54 anos
- taxa de emprego dos indivíduos dos 55 aos 64 anos

A Região Centro foi a região do país com maior taxa de emprego da população masculina dos 15 aos 54 anos, distando 5,6 pontos percentuais (p.p.) do objectivo (metade da distância que as regiões com menor valor deste indicador - Lisboa e Madeira - ainda distam do objectivo). Também no segmento da população feminina dos 15 aos 54 anos, a Região Centro e Lisboa são as duas regiões que registavam melhor taxa de emprego, estando em conjunto com o Algarve acima da média nacional. Neste indicador, apenas as regiões da Madeira, Norte e Açores estão aquém do objectivo. A Região Centro é também a região que regista a mais elevada taxa de emprego da população com idade entre os 55 e os 64 anos, estando já 12 p.p. acima da meta estabelecida para 2010. A distância relativa face à segunda região do país com maior valor deste indicador (Algarve) ultrapassava já os 8 p.p.. Norte e Lisboa são as regiões mais afastadas da média nacional e, conseqüentemente, da meta.

Para avaliar a componente da **escolaridade/educação** consideraram-se, para o Indicador Regional de Lisboa, os indicadores:

- taxa de abandono escolar dos indivíduos dos 18 aos 24 anos
- peso dos indivíduos dos 20 aos 24 anos que atingiram o ensino secundário
- participação em programas de aprendizagem ao longo da vida por indivíduos dos 25 aos 64 anos

A análise do indicador taxa de abandono escolar dos indivíduos dos 18 aos 24 anos é contrária a todos os restantes indicadores já que um menor valor equivale a um melhor desempenho. Assim, das regiões do Continente, Lisboa e a Região Centro são mais uma vez as regiões com melhores desempenhos, registando as mais baixas taxas de abandono escolar, apesar de ainda se encontrarem muito distantes do objectivo. Também o peso da população dos 20 aos 24 anos que atingiu o ensino secundário como nível de escolaridade obtido, Lisboa e a Região Centro foram as que registaram valores mais elevados, estando acima da média nacional. Neste indicador todas as regiões portuguesas se encontravam bastante afastadas da meta para 2010. Igualmente afastadas do objectivo de 12,5%, todas as regiões portuguesas apresentam valores abaixo de 5% para o indicador participação em programas de aprendizagem ao longo da vida por indivíduos dos 25 aos 64 anos. No entanto, mais uma vez são a Região Centro e Lisboa que registam maior participação e fixando-se acima da média nacional.

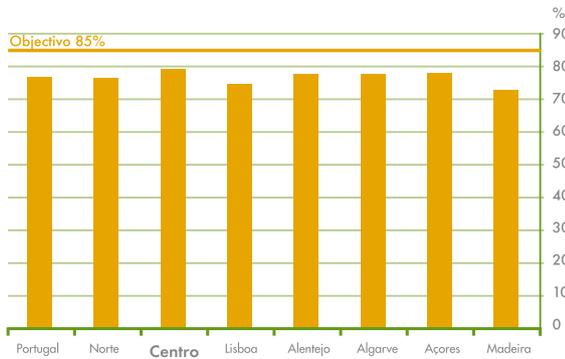
Relativamente ao **investimento efectuado em I&D** pelos vários sectores de execução, foram considerados no exercício os indicadores:

- peso da despesa das empresas em I&D no PIB
- peso da despesa do Estado, do ensino superior e das instituições sem fins lucrativos em I&D no PIB

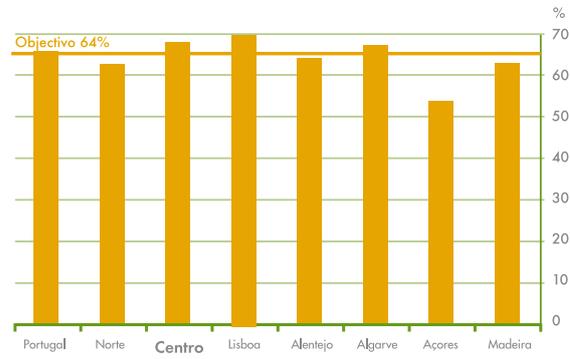
Lisboa era a região do país com maior peso da despesa efectuada pelas empresas em I&D no PIB, sendo a única acima da média nacional. No entanto, o Norte e a Região Centro eram, com valores muito semelhantes, as segunda e terceira regiões do país com maiores valores de I&D investidos pelas empresas. No que se refere à despesa em I&D pelos outros sectores de execução (estado, ensino superior e instituições sem fins lucrativos), todas as regiões portuguesas se situavam, aquém do objectivo. Em termos de posicionamento relativo face às restantes regiões do país, destacavam-se Lisboa, Norte e a Região Centro por apresentarem, por esta ordem, os maiores valores de despesa efectuada pelo Estado, pelo ensino superior e pelas instituições sem fins lucrativos em I&D no PIB.

Indicador Regional de Lisboa: posicionamento face aos objetivos definidos na Estratégia de Lisboa, por regiões NUTSII 2007

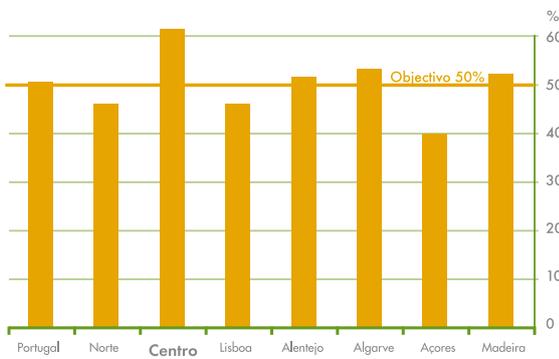
Taxa de emprego dos homens dos 15 aos 54 anos



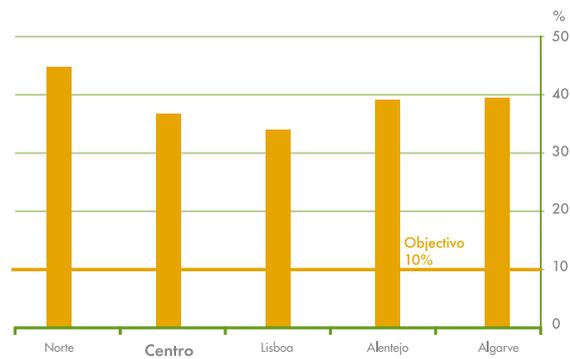
Taxa de emprego das mulheres dos 15 aos 54 anos



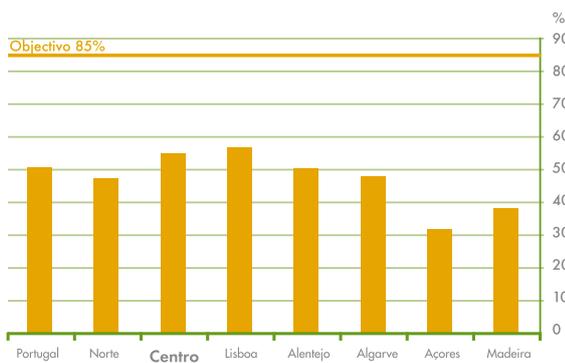
Taxa de emprego dos indivíduos dos 55 aos 64 anos



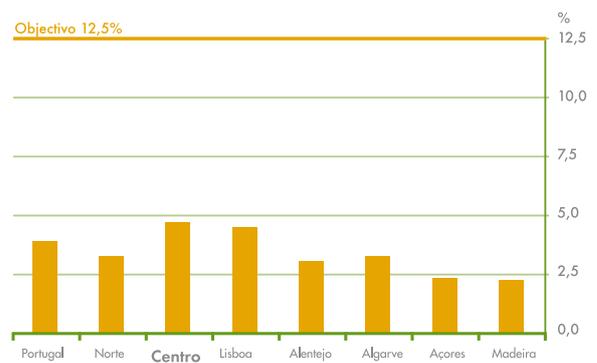
Taxa de abandono escolar dos indivíduos dos 18 aos 24 anos



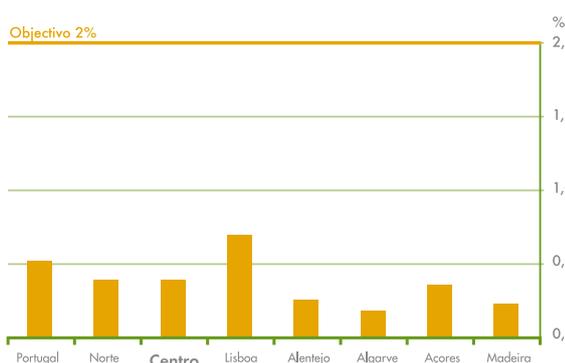
Peso dos indivíduos dos 20 aos 24 anos que atingiram o ensino secundário



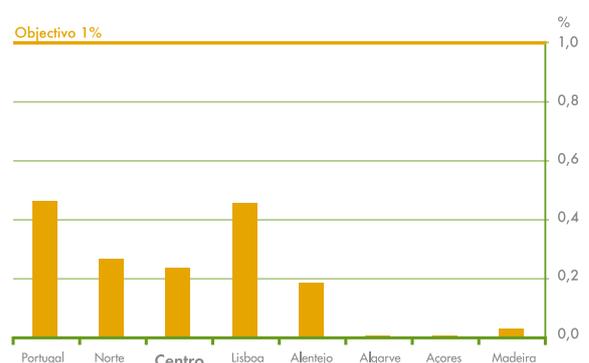
Participação em programas de aprendizagem ao longo da vida por indivíduos dos 25 aos 64 anos



Peso da despesa das empresas em I&D no PIB



Peso da despesa do Estado, do ensino superior e das instituições sem fins lucrativos em I&D no PIB



FONTES

CONJUNTURA

• Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

• Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

• Desemprego Registado

- IEFP - Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente (2009)

• Endividamento das Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

• Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Secção da Nomenclatura Combinada, tipo de comércio, NUTS II e NUTS III
- Secções seleccionadas:
 - I – Animais vivos e produtos do reino animal
 - IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados
 - VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
 - VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
 - IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
 - X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
 - XI – Matérias têxteis e suas obras
 - XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
 - XV – Metais comuns e suas obras
 - XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
 - XVII – Material de transporte

• Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Boletim Mensal de Estatística
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

• Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

• Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), Tipo de Comércio
- Boletim Mensal de Estatística
- SIBS - Transacções realizadas em Caixas Automáticas por Município
- Transacções realizadas em Terminais de Pagamento Automático por Município
- ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações
- Assinantes do serviço de televisão

• Políticas Públicas na Região Centro

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
- Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 5, 6 e 7
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

• Programa de Cooperação Transfronteiriça ESPANHA – PORTUGAL — INTERREG IIIA 2000-2006

- DGDR - Direcção Geral de Desenvolvimento Regional
- DGFCFT - Direcção Geral dos Fundos Comunitários e do Financiamento Territorial

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

• Indicador Regional de Lisboa – *Lisbon Index*

- Comissão Europeia, DG Régio
- http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.html
- Eurostat

A informação contida no “Região Centro – Boletim Trimestral” do primeiro trimestre de 2010 foi recolhida até ao dia 14 de Junho de 2010.

